

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**CRÍTICA E REALIZAÇÃO:
aspectos machadianos**

**Marcelo Brice Assis Noronha
Orientador: Prof. Dr. Francisco Chagas E. Rabelo**

**GOIÂNIA, 2011.
MARCELO BRICE ASSIS NORONHA**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Marcelo Brice Assis Noronha				
E-mail:					
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não					
Vínculo empregatício do autor					
Agência de fomento:				Sigla:	
País:	Brasil	UF:		CNPJ:	
Título:	Crítica e realização: aspectos machadianos				
Palavras-chave:	Homem; literatura; sociologia; sociedade; crítica; conhecimento; realidade histórica.				
Título em outra língua:	Criticism and realization: machadian aspects				
Palavras-chave em outra língua:	Man; literature; sociology; society; criticism; knowledge; historical reality.				
Área de concentração:	Sociologia				
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	28/02/2011				
Programa de Pós-Graduação:	Em Sociologia				
Orientador (a):	Francisco Evangelista Chagas Rabelo				
E-mail:	chagasrabelo@uol.com.br				
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ ☒ total ☐ parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

☐ Capítulos. Especifique: _____

☐ Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

**Crítica e realização:
aspectos machadianos**

Por

Marcelo Brice Assis Noronha

Dissertação de mestrado em Sociologia
apresentada à Coordenação do Curso de
Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Chagas E.
Rabelo.

Goiânia, 1º semestre de 2011.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

N852c Noronha, Marcelo Brice Assis.
Crítica e realização [manuscrito] : aspectos machadianos
/ Marcelo Brice Assis Noronha. - 2011.
97f.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Chagas Evangelista
Rabelo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais, 2011.

Bibliografia.

1. Assis, Machado de. 2. Crítica. I. Título.

CDU: 3:82.09

DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

NORONHA, Marcelo Brice Assis. *Crítica e realização: aspectos machadianos*. Goiânia: Faculdade de Ciências Sociais/UFG, 2011. 97 fl. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Francisco Chagas Evangelista Rabelo

Dra. Albertina Vicentini Assumpção

Dr. Sebastião Rios Corrêa Júnior

Defendida a Dissertação:

Em: 28/02/2011.

Aos meus pais, Marilene e Pantaleão, com quem aprendi a resistir.

A despeito das peculiaridades, é necessário reconhecer e ser grato. Algumas pessoas foram extremamente generosas e me deram suporte irretocável na condução deste trabalho. Os homens não fazem nada sozinhos. Obrigado àqueles que me fizeram companhia: parentes, amigos, professores, colegas, alunos! Que eles fiquem registrados como antecipação da memória: Albertina Vicentini, Aline do Carmo, Cejana Uiara, Claudia Vicentini, Daisy Caetano, Germana Cunha, Hélio Cristiano, Herberth Duarte, Iracema Noronha, Jordão Horta Nunes, Laiury Maiara, Marcelo Batalha, Manoel Gustavo, Miryam Mastrella, Najla Frattari, Pablo Lenine, Polyana Christina, Reinaldo Pantaleão, Sebastião Rios.

Em especial, devo a finalização desse trabalho de mestrado às sempre boas leituras e diretrizes do prof. Francisco Rabelo e ao comprometimento luminoso e cumplicidade incansável de Suene Honorato.

Todas essas pessoas foram muito importantes, obrigado!

Sumário

Resumo	7
Introdução	8
 Parte 1 – A concepção de conhecimento e sua construção social em Machado de Assis	
Alguns percursos da crítica	18
Indicações	23
Certos deslocamentos dos valores	30
A concepção de homem	37
Confluências e referências	49
 Parte 2 – Pensamento social e representação do <i>real</i>: considerações sobre o realismo machadiano	
A expressão do real.....	56
As ideias de Machado ou ocorrências do nacional na universalidade machadiana	62
Um lugar para <i>O alienista</i>	77
 Considerações finais.....	 88
 Referências bibliográficas	 92

NORONHA, Marcelo Brice Assis. *Crítica e realização: aspectos machadianos*. Goiânia: Faculdade de Ciências Sociais/UFG, 2011. 96 fl. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

Resumo

A obra de Machado de Assis informa questões críticas sobre os fundamentos do discurso literário, filosófico, sociológico e histórico em que ela está envolta, através dos vínculos entre expressão artística e realidade social que forjaram uma visão de mundo particular, em distanciamento das classificações generalizantes, porém alimentada por uma tradição e tentativa criadoras que ultrapassam as expectativas literárias da segunda metade do século XIX brasileiro. As inserções teóricas afeitas ao debate sobre o formato do conhecimento que pode ser atribuído às situações reforçadas por Machado de Assis garantem uma motivação para a sociologia da literatura. Este trabalho se conduz através da exposição da tensão sutil e poderosa que Machado integra na relação entre crítica e realização. A identificação e o diálogo entre eventos, literaturas e destinos encerrados no debate acerca da noção de representação do *real* atribuída por algumas vias do pensamento social moderno se destacam no Brasil e nos interesses aqui apresentados. A forma de apreensão e representação do *real* que se estrutura nos âmbitos do simbólico encontra respaldos e também insatisfações na relação com o social que emerge na expressão artística, tornando-se guia para o trabalho que apresentamos. Nesse sentido, investigar como a narrativa se ocupa e se ocupou, em um jogo de tensões internas e externas a ela, da responsabilidade em produzir uma noção *verdadeira* da realidade e também das apresentações do *real* que o confunde tem sido uma questão inevitável das interpretações sobre a vida social. Tomamos a exposição e interpretação dessas questões como objeto das considerações a respeito da concepção de homem, conhecimento e competência artística articulada no pensamento e na literatura de Machado de Assis, para que sejam pensados aspectos formadores de um tipo de conhecimento sobre o mundo social.

Palavras-chave: homem, literatura, sociologia, sociedade, crítica, conhecimento, realidade histórica.

Introdução

Mesmo parecendo uma tarefa de grande audácia, e talvez sendo, o presente trabalho remonta a algumas observações sobre a obra machadiana e sua feitura crítica. Antes exatamente de fundamentar os percursos a que nos entregamos, nos parece pertinente mostrar o que se espera do ajustamento das possibilidades na realização de um trabalho dessa natureza. Acreditamos que o papel a ser cumprido se dá na apreensão, em camadas, de leituras, das interpretações feitas, das correlações estabelecidas, e na percepção de pistas e de algumas saídas apontadas. De maneira geral, ele se faz a partir dos pontos que vão sendo delineados pelos vínculos interpretativos possibilitados pela obra de Machado de Assis, no decorrer de um debate incipiente e aproximativo das questões enfrentadas pelo escritor.

Nosso objetivo é examinar a rede de valores que compõe o arcabouço machadiano, encontrando pelo caminho as correlações estabelecidas entre eles, as quais se dedicam à desestruturação de afirmações absolutas. A partir daí, informa-se o procedimento formal que põe em questão os resultados da relação mais imediata entre o imaginado, a representação e a vida social em foco. Por isso a acomodação edificada no texto machadiano de um campo de definições críticas das trajetórias que circunscrevem a análise. Nesse sentido, os aspectos machadianos extrapolam sua obra, mas devem ser visualizados primeiramente a partir dela. As inserções dos jogos a que a obra se dispõe na fundamentação de um momento peculiar da expressão artística na história brasileira remontam às especificidades da modernidade que aqui se percebe. Os traços destacados pela obra indicam o modo como há uma *razão* em embate no texto que apresentamos, por transpassarem as regras dos nossos diálogos e suas finalidades.

Faremos um itinerário basilar da estruturação de algumas das preocupações do autor, tentando percorrer pontos que nos parecem centrais na formação e circulação de sua cosmovisão, modo aprendido com alguns de seus narradores, especialmente Brás Cubas, que zigzagueava pelos motes de sua própria vida; porém, não tentaremos copiá-lo, tampouco segui-lo na ousadia. O destaque, nesse sentido, fica exatamente pelo que já é possível antever a respeito da obra machadiana: a combinação de uma estrutura expositiva regulada por uma relação formal com as conexões do tempo histórico no qual ele se insere, o que indica o desenvolvimento de problematizações acerca do que a forma de exposição e seu poder interpretativo fazem.

Os apontamentos a que nos dedicamos são formulados de maneira conjugada aos problemas fundamentais da história da literatura moderna, dos condicionamentos históricos que o Brasil da segunda metade do século XIX confirma e da vontade de apreensão dos críticos sociais nas comparações possíveis entre os planos de afirmação da expressão machadiana; principalmente, em relação aos problemas sociológicos que serão enfrentados na operação da distinção das ideias machadianas que amparam a sua localização no corpo significativo da nossa literatura e da nossa história de constituição crítica. Aqui já nos aparece a questão a respeito do vínculo expressivo com as questões do seu tempo. Esse interesse é recorrente no trabalho, indicando uma diferenciação da situação dos escritores profundamente ocupados com a afirmação de uma literatura brasileira; porém, como se vê fortemente em Machado, sabedores do processo de modernização a que o Brasil do século XIX está entregue, mas um Brasil ainda pouco capacitado para as inovações do mundo capitalista, repleto desse convite, particularizado e, por isso mesmo, dono de uma especificidade histórica, temporal, o que faz desse quadro um momento peculiar dentro da *história mundial*, como entendida por Marx em relação ao desenvolvimento do capital, e um dos pilares para a crítica atual – particularmente, um tipo de tradição crítica – da obra de Machado de Assis.

A questão sobre o tipo de construção discursiva na obra machadiana motiva grande parte do presente trabalho. Mais especificamente, se é possível e que cunho teria a tentativa interpretativa a ser percorrida como mote dos aspectos centrais dos problemas machadianos. O problema que incide sobre a história nacional na relação com os traços distintivos da particularidade brasileira, o modo de apresentação dos ajustamentos entre os indivíduos que percorrem as expressões artísticas, os domínios envolvidos na exposição das obras, o formato da realidade nacional e os desígnios confeccionados na obra literária colocam a dimensão sociológica em contato direto com o pensamento social brasileiro que a literatura configura, junto de tantos outros discursos, que combinam suas demarcações como tentativa de arregimentar força para sua distinção no espaço social. A obra de Machado de Assis nos coloca frente a tensionamentos mais sutis ao estabelecer um nivelamento expressivo em uma aparente desarmonia entre a realidade e sua representação, que a criação literária destaca.

Colocados alguns planos de atuação da literatura machadiana e da apropriação crítica em relação aos seus destaques, é necessário recorrer à problemática da construção da crítica sociológica feita para a formalização de uma sociologia da literatura sabedora de sua grandeza, pois está inserida em um campo de atuação

canonizado pela sociologia da cultura e do conhecimento, por serem formulações que permeiam esta pesquisa dotadas de uma preocupação sistemática em relação aos limites em movimento dos juízos produzidos diante dos feitos humanos. Qual o modo de construção desses juízos? Essa pergunta expõe uma questão elementar e propulsora de grande parte da teoria sociológica, por atuar sobre a relação entre a formulação teórica e a base social e ideológica que lhe permitem desenvolver-se. Nesse sentido, não é possível pretender alguma referência dos caminhos percorridos pelos pensadores fundamentais desse campo sem antes estarmos atentos aos que se notabilizaram pelo debate acerca da formalização da apresentação do que chamamos de realidade social, devedora dos que se dedicam ao estudo da estética.

A riqueza do pensamento sociológico contemporâneo é exatamente essa capacidade de assimilar, como em um processo de absorção, questões fundamentais para áreas do conhecimento correlatas, porém com objeto e abordagem distintas. O problema que se prenuncia é quanto ao modo como o pensamento sociológico vai proceder nesse processo de assimilação: fazendo dele uma simples substituição das questões de cunho sociológico?; enfrentando problemas que não são seus?; distorcendo suas preocupações?; usando-o como uma ferramenta de análise? Parece-nos que esses foram alguns dos modos de conciliação com o problema contemporâneo de confluência das áreas de pesquisa nas ciências humanas, o que certamente implicou em um empobrecimento da força compreensiva e explicativa que a ciência deseja ter. Ademais, nos foi dado como resposta, ou ao menos como boa tentativa, o indicativo dessa relação em se tratando de sociologia e literatura pela voz brasileira de Antonio Candido com a formulação daquilo que ele denomina “crítica integradora”.

O meu propósito é fazer uma crítica integradora, capaz de *mostrar* (não apenas enunciar teoricamente, como é hábito) de que maneira a narrativa se constitui a partir de materiais não literários, manipulados a fim de se tornarem aspectos de uma organização estética regida pelas suas próprias leis, não as da natureza, da sociedade ou do ser. No entanto, natureza, sociedade e ser parecem presentes em cada página, tanto assim que o leitor tem a impressão de estar em contacto com realidades vitais, de estar aprendendo, participando, aceitando ou negando, como se estivesse envolvido nos problemas que eles suscitam. Esta dimensão é com certeza a mais importante da literatura do ponto de vista do leitor, sendo o resultado mais tangível do trabalho de escrever. O crítico deve tê-la constantemente em vista, embora lhe caiba sobretudo averiguar quais foram os recursos utilizados para criar a impressão de verdade. De fato, uma das ambições do crítico é mostrar como o recado do escritor se constrói a partir do mundo, mas gera um mundo novo, cujas leis fazem sentir

melhor a realidade originária. Se conseguir realizar esta ambição, ele poderá superar o valo entre “social” e “estético”, ou entre “psicológico” e “estético”, mediante um esforço mais fundo de compreensão do processo que gera a singularidade do texto (CANDIDO, 1998, p. 9-10).

Além do espaço para as múltiplas interpretações que a obra de Machado de Assis nos permite, há também a busca pelos fundamentos que possibilitam essa ou aquela interpretação, costurando um cenário extenso para a fundamentação do debate quanto aos poderes analíticos a serem destacados quando de uma tomada de posição acerca do objeto em questão. Por isso, o norte a ser tomado deve necessariamente estar a par dos ensejos que guiam o tipo de apreensão a ser defendida em relação à obra. A disposição dos cruzamentos críticos, ao menos dos mais destacados, nos permite encontrar os pontos de intersecção e também alguns de seus desdobramentos, usando um recurso fundamental do pensamento weberiano, acentuando sentidos e motivos que formulam relações entre a gênese e o que ela produz, abrindo resultantes diversas. É necessário, inclusive, que façamos o reconhecimento desse terreno. Nesse caso, nos referimos ao pensamento alemão e sua preocupação com a cultura, com a formalização do pensamento, que em Nietzsche (1991) se faz através de uma genealogia, incentivando a sociologia weberiana, e que desembocará na França no pensamento de Michel Foucault (1979) com sua genealogia do poder.

Esse destaque nos permite uma primeira nota sobre a apresentação das questões, que ao serem direcionadas ao problema do realismo em Machado de Assis e do realismo para a crítica sociológica nos levarão à apreensão dos críticos que pensam a forma social e a forma literária, remetendo ao espaço de confecção das formas intrincadas com o que lhes dão base e sustentação, o que encontra pelo caminho o realismo de Lukács (1978), como juízo de uma estética marxista. Portanto, é impossível distanciar essa preocupação daqueles que se ocupam do modo como a sociedade se organiza, economicamente, politicamente, culturalmente, enfim, como um feixe onde se encontram a crítica materialista e a crítica culturalista, definindo o simbólico, por assim dizer, como uma materialidade estética da sociedade.

Decorre disso a reclamação a uma espécie de escolha epistemológica quanto ao tipo de abordagem da obra machadiana. O problema das formas literárias e, em conjunto, o modo de confecção da obra, parecem estar em desacordo. Desde já, entendemos que o que ocorre, na verdade, é uma marcação instrutiva a respeito desse debate, conformando os lugares da obra. Serão apontados, no primeiro momento deste

trabalho, certos caminhos para a apreensão crítica da obra de Machado. Enquanto isso não acontece, é interessante a utilização dos destaques dados ao desdobramento que a leitura crítica de *Candido* oferece ao desenvolvimento interpretativo. A crítica de moldagem marxista compreende o espaço de expressão machadiano e suas configurações formais na relação com a disposição narrativa para a indicação da realidade, suas estruturas significativas, os reparos desconstruídos da obra, como, inclusive, demonstração da situação histórica possível na confrontação com o espaço social em que os narradores e as personagens se movimentam, dando como decorrência interpretativa os recuos em relação à realidade – o recurso machadiano por excelência. Isso é exatamente o que a linhagem de Roberto Schwarz destaca, na fundamentação sobre o tipo de apropriação historicizada de que a obra de Machado se ocuparia, principalmente em relação à situação das classes e ao modo de navegação em que elas se inserem na expressão machadiana e de seu tempo. Por isso, a preocupação técnica com o narrador é uma novidade que tal linhagem deposita no espaço dessa tradição crítica.

A tradição de destaque valorativo, na referência aos conteúdos distintivos conectados com a condensação e fortalecimento do pensamento filosófico em composição com o elemento moralizante, daria respaldo ao poder estilístico da obra machadiana. Essa linhagem, destacada por Alfredo Bosi, confronta a realidade histórica com o componente desconcertante das sujeições invertidas feitas pelos narradores e personagens nas relações conformadas na narrativa e o que se retira disso enquanto força simbólica.

A competência dos enfoques se enfrenta, inclusive na desregulação dos direcionamentos, ao visualizarmos a obra de Raymundo Faoro (2001), que é de caráter sociológico, mas se dedica às conexões que a história da racionalização adquire na abordagem weberiana. Mesmo havendo na leitura de Faoro a inserção nítida de Weber, continua se perpetuando no entendimento da crítica a simples distinção estilística da forma literária. Até porque Faoro está dedicado a certa homologia da relação formal da expressão machadiana.

A depuração que nos interessa confirma o problema da homologia, ressaltando os usos feitos na obra machadiana das referências como modos de apropriação da tradição para a criação, pois está em diálogo com elas e com seu tempo. Dessa forma, o debate empreendido nesse âmbito define um extrapolamento do que se deseja entender como intenções do autor, para formular um entendimento do que ele nos

lega, mesmo que amarrado somente pelas sugestões deixadas pelo caminho da obra. Em vários momentos do presente trabalho a questão está em tensão, já que confirma o problema e nos notifica a força mimética machadiana, como uma indicação sobre o funcionamento da realidade. Um exemplo do futuro do empreendimento é exatamente a pequena ocorrência, nessas linhagens do estudo, de discussões ou referências sobre questões do realismo que Auerbach desenvolve em seu *Mimesis*. A noção de imitação informada por Aristóteles em sua *Poética* não é a levada a cabo pelo marco crítico que a leitura de Antonio Candido configura, estimulando a aproximação nesse debate das derivações que partem do mesmo problema. A proposição, sugerida no decorrer deste trabalho, de uma relação entre o narrador machadiano e suas personagens com o leitor contribui para o acirramento das questões valorativas em uma situação histórica que se define no âmbito social a que o homem está submetido, repleto de aproveitamentos conduzidos pela imaginação, que não está, certamente, desprovido de influência social e de uma força em negociação.

A afirmação feita por Machado em seu artigo “A nova geração” de que “a realidade é boa, o realismo é que não presta para nada” problematiza o conceito de realismo¹, indicando-nos uma suposta contradição a ser investigada. Se o realismo não serve e toda literatura se quer, de alguma maneira, realista, a inconsistência nos reclama ou o abandono do termo ou o enfrentamento dos problemas daí advindos. O domínio cientificista do termo o fez poderoso; refeito o preceito científico, nos resta refletir sobre a que tipo de fundamentação as novas investidas das ciências humanas estariam dedicadas para a localização do conceito, já que ele instiga a fundamentação das humanidades; ou talvez nos reste jogar todos os livros no lixo, o que é uma sugestão propriamente retórica.

Nesse sentido, o que o presente trabalho intenta é compor um espaço de debate dos usos significativos a que a ciência social anseia na compreensão da obra machadiana, fundamentando um conhecimento do real armado pelos campos do simbólico que recoloca uma desconfiança sobre o “fiel da balança” na tipificação social interessada por um embate com a própria formação e viabilidade da interpretação. Há, a partir disso, como desdobramento, a afirmação de um momento dúbio e vulnerável de como as ciências humanas se constituem atualmente na formação dos espaços de

¹ Conferir o artigo do professor Gustavo Bernardo Krause, “Discutindo o próprio conceito de realismo” (2009).

reposição dos grupos sociais tidos como extremamente fragmentados, reflexão a que a própria obra machadiana nos convida.

Essas disposições animaram o presente trabalho. A preocupação central da organização da exposição a que nos dedicamos tem como fundamentação o andamento dessas questões. O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira intitula-se “A concepção de conhecimento e sua construção social em Machado de Assis”; e a segunda, “Pensamento social e representação do *real*: considerações sobre o realismo machadiano”. Na primeira parte, há cinco seções e elas são dedicadas ao direcionamento da visão de mundo machadiana e sua construção interpretativa. A segunda parte é composta de três seções e elas se ocupam em discutir a relação entre figuração da realidade e os destaques que permitem essa formulação.

Na primeira seção da primeira parte, sob o título de “Alguns percursos da crítica”, há a apresentação de um eixo de organização da tradição crítica sobre a obra de Machado, acompanhando certas inclinações e os destinos produzidos desde seus contemporâneos até os dias de hoje. A segunda seção, sob o título de “Indicações”, reafirma alguns modos de composição da especificidade da obra machadiana, pontuada pela noção de uma sociologia da literatura como a entendemos, na medida em que constrói uma leitura sobre o modo de apreensão da dimensão literária da criação cultural, efetivamente a machadiana. A terceira seção, sob o título de “Certos deslocamentos dos valores”, se direciona às inversões de alguns recursos de normalização, colocados em xeque por Machado de Assis, situando a filosofia do Humanitismo como a desregulação dos parâmetros vigentes à época, e, de certa maneira, ainda hoje. A quarta seção, sob o título de “A concepção de homem”, recupera dois contos de Machado. No primeiro, “O Caso da Vara”, a relação com a situação histórica, as forças sociais, e o quadro moral que se impõe nos servem profundamente para pensar a particularização de uma relação com a totalidade. No outro conto, “O Segredo do Bonzo”, há a condução da narrativa por um espaço social distanciado e um deslocamento do tempo que forçam o leitor a um ambiente ficcional pronto a repor o problema da verdade e sua construção. Por último, a seção final da primeira parte se propõe a colocar em diálogo o jogo temporal e suas variações na visibilidade das leituras de Machado a respeito da tradição irônica, suas influências e reposicionamentos.

A segunda parte começa com a seção “A expressão do real”, onde há uma prefiguração da reconstrução do problema sobre a apresentação na expressão artística,

ao se ocupar dos fundamentos que a realidade informa e que o campo artístico propõe recombina a partir do núcleo de critérios em que se fundamenta, colocando a questão da representação como indicações para o pensamento social. Na segunda seção, “As ideias de Machado ou ocorrências do nacional na universalidade machadiana”, é fundamentada a leitura crítica que Machado realiza sobre o entendimento da literatura nacional e a formação do pensamento brasileiro, a partir da discussão computada na noção sobre os traços do país que distingue a afirmação da expressividade da nossa qualidade artística. Na última seção do trabalho, sob o título de “Um lugar para *O alienista*”, nos ocupamos de uma leitura sobre a novela *O alienista* para observar um caso de constrangimento formal dos valores, os procedimentos para a confrontação narrativa, os jogos discursivos e suas disputas, as condições da linguagem em meio ao positivismo e as articulações sociais em torno das sugestões que a novela encerra.

Os estudos machadianos para a sociologia são reconhecidamente uma pertinente área de investigação que amplia as fronteiras das ciências sociais, e, mais ainda, implica em considerações sobre a interpretação do Brasil, a constituição das ciências sociais no Brasil, a recepção da sociologia da literatura e, mais recentemente, sobre como esse debate realiza um plano de atuação científico, crítico e imaginativo, por possibilitar a formação de um campo de debate e esforços peculiares. Ademais e primordialmente, é o texto machadiano em si que garante esse esforço, pela conjugação – até então extremamente tímida – de valores estéticos, históricos, políticos e filosóficos de grande intensidade. Certamente os estudos sobre sua obra são extensos, mas não nos parecem esgotados, pois suscitam questões em um plano extremamente sofisticado para a contemporaneidade, a saber, a formulação de um conhecimento crítico e pouco afeito a enquadramentos. Os primeiros críticos diriam que isso caracteriza uma mixórdia, o que nos parece descabido, pois há uma consciência distributiva dos temas, dos formatos de apresentação e de certo resultado. Outro passo é a respeito dos caminhos futuros que a crítica enfrenta.

O procedimento que nos guiará remonta às leituras já referidas. Como amparo hermenêutico o texto que salta das considerações literárias e teóricas, pode, ao serem combinadas, traçar um percurso dirigido do estudo, não negligenciando o campo de realização do que se fundamenta como *novo*, não propriamente para as ciências sociais, mas para o estudo em si. Já vimos como certo paralelismo entre texto literário e realidade acanha a capacidade de compreensão. Também entendemos que esse paralelismo não motiva a investigação do recorte que propomos, pois comparar é um

recurso de hibridização, a nosso ver, e não de separação. A distinção nos serve aqui como modulação dos tipos de discurso em seus planos de realização, tanto o literário quanto o sociológico, ou crítico. A noção de um sistema literário, que forma um campo de debate sobre a própria expressão literária, nos é extremamente cara, e só é possível pontuar suas implicações na medida em que os textos em confronto nos indicam questões quanto ao plano de apreensão das referências, as escolhas frente aos modelos formulados para a crítica, o cotidiano histórico-social que imprime retrações e superações discursivas. A localização das personagens e a incorporação de certos valores críticos se realizam como prática social. Nesse sentido, buscaremos o enfrentamento do debate que, primeiramente, faz da literatura um produto humano passível de conteúdos sociológicos relevantes, o que nos faz tomar a relação entre literatura e sociedade como uma modelagem da abordagem, incluídos nesse terreno problemas para a sociologia do conhecimento e da cultura.

Parte 1 – A concepção de conhecimento e sua construção social em Machado de Assis

Alguns percursos da crítica

A abertura desta parte do trabalho diz respeito ao caminho percorrido pela crítica machadiana, o que nos indica como foram formuladas as questões relacionadas à sua apreensão, a partir dos problemas de seu tempo, e, ao nosso ver, principalmente quanto aos modelos teóricos que se aplicam e como esses modelos foram erguidos na sua história crítica. A contribuição visualizada se dá ao recorrermos a esses trajetos, na medida em que há um tratamento dos aspectos e razões que fundamentam os tipos de interpretação da obra machadiana e ao ativarmos traços da vinculação que a figuração da literatura de Machado estabelece com a realidade e com seus formatos de exposição. As formulações sociológicas foram decisivas para as destinações que sua literatura e seu pensamento conformaram. Hélio de Seixas Guimarães (2008), professor de literatura brasileira na USP e autor de *Os leitores de Machado de Assis – O romance machadiano e o público de literatura no século XIX*, no artigo “O escritor que nos lê”, pontua alguns do que ele chama de momentos da recepção crítica de Machado. Certamente seria desmedido e desnecessário refazer todo esse percurso. Porém alguns desses momentos nos parecem cruciais. Ele começa por destacar as críticas que foram produzidas por ocasião do ano de seu centenário de nascimento, como uma questão relevante para a construção de uma identidade da nação no Estado Novo. Na sequência vai nos conduzir pelos críticos mais recentes aos tempos de Machado. Antes há um panorama de como as tradições foram desenvolvidas.

Antonio Candido (1977) nos dá um mapa inicial das questões machadianas em seu “Esquema de Machado de Assis”, onde apresenta pontos elevados da literatura machadiana e suas correlações. É a partir da *Formação da literatura brasileira*, obra monumental acerca da constituição de um sistema brasileiro de literatura, que há uma preocupação mais sistemática em sublinhar como os literatos começam a pensar um modo especificamente nacional de escrever. Roberto Schwarz, nos seus diversos estudos, dá sequência a essa linhagem quando pesquisa a fundo a peculiaridade de Machado de Assis na formulação de uma literatura que vê a nação e se reconfigura nos planos de suas personagens e das aquisições pouco usuais feitas e desfeitas na narrativa.

A maior parte dos aspectos sociológicos iniciais está diretamente relacionada à apreensão histórica da literatura como fenômeno social. Nesse sentido, Guimarães, no artigo já referido, desenvolve uma caracterização geral da crítica em três tríades de autores. A saber, a primeira representada por Sílvia Romero, Araripe Júnior e

José Veríssimo; a segunda por Astrojildo Pereira, Lucia Miguel Pereira e Augusto Meyer; e a terceira por Roberto Schwarz, John Gledson e Alfredo Bosi.

Em vida Machado experimentou um embate crítico constante acerca de sua obra. A primeira tríade refere-se exatamente a esse momento. É interessante perceber como a obra machadiana causa um reboiço nas posições dadas como fundamentais da literatura brasileira. Sua obra era tida como de talento, porém foi questionada pela *ausência* de aspectos brasileiros na sua expressão. Tais questões são discutidas no âmbito de seus primeiros romances (*Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*). A contradição é que os leitores de seu tempo criticavam um afastamento das características românticas, ao passo que a crítica hoje considera que não há decisivamente esse afastamento, o que significaria um “defeito” por não apresentar uma nova forma de ver a sociedade brasileira, mas sim um flerte intenso com uma leitura de mundo ainda conformada, que posteriormente será subvertida pelos narradores de sua chamada 2ª fase. Essa é uma das questões a serem tratadas pela obra crítica de Roberto Schwarz. Antes disso vejamos em que se amparam algumas leituras contemporâneas à obra machadiana.

O Sr Machado de Assis, cujo talento incontestável para as maviosidades do lirismo e para aperfeiçoamento de estilo ninguém desconhecerá, é entretanto, julgo eu, dotado de uma imaginação fria e positiva que, por assim dizer, embaraça-lhe a pena na descrição das paixões violentas e deixa incompletos os quadros das grandes tempestades do coração (DR. FAUSTO apud GUIMARAES, 2008, p. 276 – 277).

A superação que a crítica impunha será indicada exatamente em uma disputa sobre a grandeza de sua obra. Sílvio Romero porta-se declaradamente como um ponto de limitação na valorização de Machado. Como vimos na primeira seção da primeira parte deste trabalho, o crítico faz juízos severos sobre a escrita machadiana; o que se tomava como proeza literária, para ele não passava de insuficiência expressiva.

Os contrapontos à época foram Araripe Júnior e José Veríssimo. Araripe responde sem confrontação nítida; já Veríssimo estabelece uma leitura oposta à de Romero, o que confia à obra de Machado uma atenção fundamental para a compreensão da arte literária no Brasil do Segundo Reinado, amplia e lança luz sobre como entender a nação e como formar uma visão sobre ela em tempos de novidades formais. Romero é destaque por seu estilo inflamado, mas talvez, principalmente, por não reconhecer como

interessante uma visão de mundo que torna as referências machadianas um modo de fazer atuar o espírito crítico do escritor. Suas referências, segundo Romero, impedem o escritor de criar uma literatura verdadeiramente brasileira; enquanto que, para os que valoravam a incorporação manipuladora das influências, elas eram um modo de universalização e originalidade propositiva da obra machadiana, questão essa que será objeto de muitos estudos no século XX. Veríssimo observa que Machado congrega esses valores estilísticos e morais como uma forma de conflito supostamente negligenciado em relação aos problemas da nação, mas não como um alheamento, como tantas vezes apregoado. “O Sr. Machado de Assis não é nem um romântico, nem um naturalista, nem um nacionalista, nem um realista, nem entra em qualquer dessas classificações em *ismo* ou *ista*. É, aliás, um humorista” (VERÍSSIMO, apud GUIMARAES, 2008, p. 279). Essa visão de que Machado representava um desvio aos padrões, como percebem Araripe e outros estudiosos de sua época, fazia com que Romero o tivesse como deformado e fora da literatura brasileira.

A passagem para a segunda tríade afirmada por Hélio de Seixas Guimarães constitui efetivamente uma sistematização da obra machadiana. Segundo Guimarães, “esse período, compreendido entre as comemorações do centenário de nascimento do escritor, em 1939, e do cinquentenário de sua morte, em 1958, foi marcado pela atuação de uma notável geração de críticos [...]” (GUIMARAES, 2008, p. 282), responsável pela formação de um estudo de características mais ordenadas e menos investidas de juízos, se é possível formular nesses termos.

Astrojildo Pereira foi decisivo por reconfigurar a visão sobre o alheamento machadiano em relação à nação. Em relação à sua afirmação quanto ao caráter engajado de Machado, Alfredo Bosi vai, posteriormente, criticar o que seria uma crítica sociológica limitadora. Pois Astrojildo afirma um realismo em Machado que exagera o poder mimético da obra, como estreita correlação entre ficção e realidade, o que seria certo aprisionamento da ficção e também da crítica a respeito dela. Porém sua análise permite e dá vazão a um refinamento acerca dos problemas percebidos na literatura machadiana como uma leitura dos conflitos nascentes da sociedade brasileira que vislumbra uma espécie de modernidade. É dessa relação que advém interpretações como a de Raymundo Faoro, Roberto Schwarz e John Gledson. Romero, naquele primeiro momento, faz considerações biográficas que realizam sua negativa ao escritor; nessa segunda tríade, Lúcia Miguel Pereira (1988), em sua obra *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*, estabelece fundamentos entre a ascensão social do escritor e sua

obra, o que explicaria traços decisivos de sua cosmovisão. Grande parte da crítica posterior incorpora, de um modo ou de outro, esse vínculo. Aqui, interessa muito a força das idéias machadianas expressas em suas crônicas, permitindo-nos um recorte quanto a sua produção na imprensa, que é marcada pelos golpes sofridos e depois pela sua inserção no quadro dos grandes escritores de seu tempo, fazendo dele um cânone já em vida. Augusto Meyer exprime desse debate de posições marcadas a necessidade de recorrer ao poder de manipulação das fontes que Machado empreende, destacando no jogo de combinação de sua erudição um mapa para a sustentação de sua obra. A força dessa leitura garante um espaço de interpretação que se realiza na obra, e esse certamente é o maior legado de Meyer. A riqueza das fontes e o poder de manipulação de Machado, principalmente em seus textos da 2ª fase, sugerem leituras quanto às questões formais, a relação do narrador com o leitor, a articulação com os problemas de seu tempo, a proposição ao tipo de pensamento nacional que estava em embate, o peso da história, os critérios de definição da verdade, enfim, um campo de investigação que se demonstrou frutífero.

Dessa síntese resulta uma força interpretativa e organizada da obra machadiana que ganha contornos bastante específicos. É o que Guimarães chama de terceira tríade. Roberto Schwarz, John Gledson e Alfredo Bosi. A publicação de *Dom Casmurro* em língua inglesa, traduzido pela professora e crítica Helen Caldwell (2002), em 1960, motiva uma apreensão crítica elaborada pela própria professora acerca da obra em seu *Otelo brasileiro de Machado de Assis*, onde há uma contraposição taxativa em relação à interpretação e aos intérpretes que extraíram da obra uma traição de Capitu. Caldwell acusa Bentinho de deturpar tudo que está à sua volta. Esse estudo, pode-se dizer, inaugura a recepção crítica de Machado no exterior e motiva formas de apreensão de sua literatura entre os estrangeiros.

Nesse sentido a obra de Roberto Schwarz é uma confluência dessas tradições. De formação sociológica como Candido, Schwarz eleva a percepção sobre os narradores machadianos. Já de posse da análise de Caldwell é inevitável um aprofundamento em relação aos narradores¹. Não exatamente como uma novidade, mas como um refinamento intensificado, problemas de cunhagem estética e política compreendem a análise dessa terceira tríade, por mais que Bosi oriente seu programa

¹ Aqui como em outros momentos seria interessante considerar as abordagens diversas que se assumem nesse debate, porém não é o motivo do texto, e nos levaria para outras dispersões.

em outros alicerces. *Ao vencedor as batatas*, obra de Schwarz (1977) que se dedica à 1ª fase da obra machadiana, investiga a fundo o quanto de história literária brasileira Machado incorporou, como também o debate direto com as críticas imediatamente anteriores e, principalmente, o caminho aberto por Antonio Candido ao finalizar sua *Formação da literatura brasileira* exatamente em Machado de Assis, confeccionando as iniciais da tradição brasileira que remonta à Lukács (1978) e Adorno (2003) na figuração de uma crítica sociológica das formas literárias.

Schwarz completa sua empresa, como indica ao final de *Ao vencedor as batatas*, em *Um mestre na periferia do capitalismo* onde se dedica à *viravolta machadiana* (título de um artigo seu publicado na edição 69 da revista “Novos Estudos”, do Cebrap) em sua 2ª fase, que seria exatamente quando o narrador machadiano assume uma posição de classe que lhe permite atuar dialogicamente, de maneira intensa, com o leitor, negociar em função da sua posição, utilizar de seu arsenal de referências como uma espécie de choque comunicativo, que no primeiro momento confunde e depois nos faz rir, de nós mesmos, constrangidos e identificados com as personagens em situações sociais diversas. Por isso a operação do *favor* como forma de manutenção do *status quo* é decisiva para a compreensão do Brasil, tão bem delineada nas obras fundamentais de Raymundo Faoro, *Os donos do poder* (2000) e *A pirâmide e o trapézio* (2001), exatamente por serem convertidas em patrimonialismo, como resolução de uma modernidade peculiar. Schwarz avança exatamente por invocar a condição narrativa, apresentada pelo texto literário como fonte de apreensão do poder mimético. John Gledson, professor e crítico inglês, garante repercussão à obra de Schwarz, primeiramente traduzindo-a, posteriormente através do seu próprio trabalho crítico. Suas obras fundamentais acerca de Machado (*Impostura e realismo, Ficção e história* e *Por um novo Machado de Assis*) recorrem a outros textos machadianos, como crônicas e contos pouco usuais na crítica, como identificação de alguns marcos interpretativos sobre o Brasil e possibilitando aos estudos históricos mais fontes.

Alfredo Bosi (1999) se insere mais decisivamente nesse debate com a publicação de *O enigma do olhar*, onde se encontra um ensaio consagrado já anteriormente publicado de título “A máscara e a fenda”. Há uma inflexão em Bosi, que, mesmo sabedor e elogioso em relação às obras que circunscrevem no plano da história e de suas formas de apreensão, ou melhor, de leitura, investe suas forças interpretativas sobre os espaços de transição em que se infiltra o narrador machadiano, com a valoração de uma ambiguidade que relativiza a operação narrativa e a desloca dos

aspectos sociológicos, para configurar uma noção mais humanista à obra, reportando aos filósofos moralistas, imprimindo uma pecha negativa à excessiva tipificação oriunda dos ensinamentos sociológicos.

Mais atualmente, como, inclusive, demonstração de uma especialização interdisciplinar das ciências humanas, em especial da sociologia, a obra de Leopoldo Waizbort (2007), professor de sociologia da USP, *A Passagem do três ao um*, é uma leitura de fôlego acerca da constituição de uma crítica sociológica de cunho realista, a partir de um programa analítico que percorre a obra de Faoro, Schwarz e Candido para desembocar no crítico alemão Auerbach. Um registro atual das conexões entre os estudos que gravitam em torno da literatura é o trabalho do professor de comunicação da USP, Ivan Teixeira (2010), que extrapola os vínculos temáticos e técnicos da composição de *O alienista*, podendo nos fazer pensar imediatamente vinculados ao texto o problema do realismo e seus desdobramentos.

Indicações

A obra de Machado de Assis permite uma leitura crítica cuja fundamentação – literária, filosófica, sociológica e histórica – nos parece repleta de recursos inesgotáveis, ou, para não parecer exagerado, fundada em regras que foram forjadas a serviço de uma visão de mundo singular, pois credora de uma tradição e de uma tentativa criadora que ultrapassam as expectativas literárias da segunda metade do século XIX brasileiro. O modo como sua concepção de mundo, como sua articulação literária, como as vozes ecoam pela obra e o que elas podem representar demonstram uma configuração do real e da vida social dotadas de interpretações atentas acerca da possibilidade de formular um discurso sobre a vida. Os cortes permitidos pelas interpretações da representação literária do real fazem daqueles que se propõem a pensar sobre a vida social devedores deste tipo de conhecimento.

Em seu *Um mestre na periferia do capitalismo*, o crítico Roberto Schwarz (1990) observa a pertinência da obra de Machado de Assis como crítica da cultura, em que pese não ser somente com isso que o escritor brasileiro, como formulador de um discurso literário, se ocupe, situando assim a grandeza de sua obra. “E, com efeito, a prosa narrativa machadiana é das raríssimas que pelo seu mero movimento constituem um espetáculo histórico-social complexo, do mais alto interesse, importando pouco o

assunto primeiro” (SCHWARZ, 1990, p. 11). Parece-nos fundamental para a obra literária impor a si própria a composição do universo ficcional e real como a costura de uma rede de relações que não se esgotam nem na ficção em si e nem na realidade, instaurando uma marca repleta de significações. A crítica de Schwarz, orientada por um arcabouço teórico materialista-histórico dialético, sabe disso, fundamentalmente por ter claro que a obra literária de maior grandeza não serve à mera retratação do real e tampouco pode ser analisada desse modo.

A sociologia marxista de Lucien Goldmann, contemporânea às primeiras investidas sobre a obra de Machado de Assis feitas por Schwarz, prenuncia um avanço nesse sentido. Pois se trata de um esforço analítico que, tendo ou não como fundo a dialética marxista, extrapola as matizes teóricas, apreendendo o postulado hermenêutico de ler na obra as dimensões que ela projeta.

É, à medida que o problema se colocar no interior de cada disciplina, à medida que os sociólogos compreenderem que uma sociologia não deve ser positivista mas levar em conta o sujeito transindividual na qualidade de ator que transforma a realidade, à medida que todos os diferentes setores das ciências humanas venham a se tornar dialéticos, que implicitamente, nascerá a interdisciplinaridade e que haverá, depois, bem entendido, no quadro desta interdisciplinaridade, especializações e especialistas.

Os pensadores dialéticos não atenderam a esta exigência e, no meu caso, tenho há muito uma cadeira de sociologia da literatura, enquanto sociólogos, quando estudavam a literatura, não logravam êxito no estudo do fato literário porque buscavam nele o reflexo da consciência coletiva, em vez de procurar a criação de estruturas; e os literatos consideravam a sociologia tão-somente como condicionamento exterior (GOLDMANN, 1972, p. 99/100).

Assim, a constituição de uma leitura da forma literária a respeito de um tipo de formulação do real deve, a nosso ver, se prender na conjunção de fatores que afirmam a literatura como um conhecimento *sui generis* da realidade.

A elevação dessa especificidade na obra de Machado de Assis torna a identificação e a reflexão da construção do conhecimento sobre a realidade uma questão que envolve o procedimento narrativo machadiano e suas ligações internas, feitas a partir de uma combinação com o entendimento sobre a realidade. Grande parte das leituras acerca desse plano na construção literária formula uma concepção sobre o estilo do autor. Mais do que estilo essa caracterização está na percepção da obra, mas também e principalmente na herança levada no bojo de suas articulações. Queremos dizer com isso que a forma narrativa expressa os planos de articulação da cosmovisão interessada

pela obra em diálogo com seu tempo. A respeito do propósito desse diálogo na obra de Machado de Assis nos diz Schwarz:

Ao transpor para o estilo as relações sociais que observava, ou seja, ao interiorizar o país e o tempo, Machado compunha uma expressão da sociedade real, sociedade horrendamente dividida, em situação muito particular, em parte inconfessável, nos antípodas da pátria romântica. O “homem do seu tempo e do seu país” deixava de ser um ideal e fazia figura de *problema* (1990, p. 11 – grifo do autor).

Já aqui podemos ver que a problematização desse e de qualquer homem historicamente localizado ecoa como o objeto mais profundo de sua obra.

É sobre essa cosmovisão e o modo como ela é tecida que nos ateremos. Os enlaces em um campo de heterogeneidades de referências, marcando os elementos expressivos em negociação, indicam que tipo de conhecimento que disso se edifica. A chave da nossa compreensão refere-se à formulação sobre esse homem historicamente localizado, às demandas que são colocadas a ele e fundamentalmente às suas respostas e seus modos. Essa chave não pode ser encontrada sem antes perceber como a narrativa machadiana conduz a configuração desses espaços de negociação e as referências que ela toma e transforma para produzir um conhecimento elevado sobre essa representação.

É consagrada pela crítica a noção de dois Machados na condução de sua produção literária. O Machado da primeira fase, de romances como *A ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878), já observa o Brasil da segunda metade do século XIX com seus temas de submissão e exploração do outro, através dos enredos traçados dentro da lógica patrimonialista, clientelista e escravista que nos tomava enquanto nação. O que afirma a cisão desse Machado é exatamente a postura narrativa e o lugar dessa narração levada às últimas consequências ao fazê-la com *a pena da galhofa e a tinta da melancolia*, momento marcado por suas *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881). Essa percepção foi bastante investigada nos estudos de Roberto Schwarz.

A caracterização temática na obra machadiana se torna cada vez mais audaciosa na medida em que a postura de seu narrador e os problemas a serem enfrentados se complexificam. *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é marco fundamental nessa mudança, como demonstram, por exemplo, as obras *Um mestre na periferia do capitalismo*, de Roberto Schwarz, e *Riso e Melancolia*, de Sergio Paulo Rouanet.

É importante notar a transgressão consciente dos padrões de sua época na literatura machadiana. E isso se dá efetivamente na construção da voz narrativa. Os narradores machadianos se prestaram a diversas situações na postulação de sua voz. Tanto em primeira quanto em terceira pessoa, esse narrador tem características que sobrepõem à denominação puramente gramatical dessas postulações². Alfredo Bosi (2008) no início de seu ensaio sobre o narrador machadiano nos mostra como foram formuladas questões a respeito do narrador e quais as possibilidades de sua existência. A fundação de um debate em torno das visões acerca do modo de apresentar o real, da quantia e qualificação da realidade que há na apresentação, é fundamental para refletir sobre como o homem moderno e suas relações foram levadas a afirmações em relação ao poder ou não da representação ou de quem representa. Depois de diversas versões e superações da discussão acerca da figura do narrador nas literaturas moderna e contemporânea, somos levados a rever literaturas como a de Machado de Assis. Pois, em pólos genéricos, após a evaporação da ideia de sujeito empreendida pela crítica da razão na modernidade avançada, e da tentativa “hipermimética” da figuração realista do narrador, o problema se coloca exatamente na confluência dessas relações, já que se tenta uma potencialização dos planos narrativos. A se pensar a fonte desse conhecimento, antes localizado no sujeito cartesiano, confrontado por uma formulação investida de partições da percepção, há a incorporação da experiência como um passo para a diluição da noção de verdade, o que acompanha uma sugestão sobre as possibilidades do narrador e da relação com a leitura. Como, a partir daí, é produzido o diálogo onde há ou havia um narrador? A questão, portanto, se trata do poder de representação ou de sua própria inexistência.

Estejamos atentos: onde a objetividade do relato parece barrar qualquer surto de subjetividade, esta pode pulsar e irromper, reclamando o seu direito à existência. E, na outra ponta, onde a memória individual exigiria a presença exclusiva de uma voz lírica, o *eu* pode dividir-se, ver-se a si mesmo como outro, ou mudar de rosto e compor máscaras de insólita objetividade.

Situados em um momento crítico desse processo movido à noção de identidade, não será por acaso que nos empenhamos hoje em dirigir o nosso trabalho de intérpretes para várias dimensões do olhar narrativo, o que nos leva a revisitar a ficção de escritores do porte de Machado

² Em relação às considerações técnicas a respeito do narrador machadiano tomaremos como guia de nossa leitura o ensaio de Alfredo Bosi “Figuras do narrador machadiano” em *Cadernos de literatura brasileira* (2008), e a tese de doutorado *Ceticismo e ironia no pensamento social de Machado de Assis* de Sebastião Rios, de 1998, UNB (inédito).

de Assis. E provavelmente essas novas indagações sobre a figura do narrador irão afetar temas já trabalhados pela crítica como a visão machadiana da sociedade brasileira, a análise existencial das personagens da sua ficção, assim como os modos de construção do todo narrativo e de sua dicção, “estilo” machadiano (BOSI, 2008, p.129).

Bosi propõe que vejamos os pontos em que esses narradores superam a dimensão óbvia da marcação de primeira ou terceira pessoa da narração.

A notação dos narradores oniscientes e pretensamente objetivistas dos romances *Quincas Borba* e em parte de *Esaú e Jacó* e os narradores subjetivistas de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Dom Casmurro* e *Memorial de Aires* servem, indubitavelmente, como guias, porém é exatamente nessa seara em que as coisas se confundem, não ao acaso. Sebastião Rios é esclarecedor na aplicação dos recursos de técnica narrativa ao empreender sua análise a partir dos estudos da perspectiva do narrador, tomando os romances da segunda fase de Machado em dois blocos: autobiografias ficcionais e romances autorais, constituídos a partir das variações da situação narrativa (RIOS, 1998)³.

Bosi, no artigo supracitado, mostra a confluência desses narradores a partir de uma passagem bastante retomada pela crítica, o capítulo inicial de *Quincas Borba*:

Rubião fitava a enseada, – eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas, em verdade, vos digo que pensava em outra coisa. Cotejava o passado com o presente. Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista! Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.

“Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas”, pensa ele. Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral. Não casou; ambos morreram, e aqui está tudo comigo; de modo que o que parecia uma desgraça... (MACHADO, 2004, p. 643, v. 1)

³ Embora permita a caracterização das noções formais dos narradores no romance moderno, as categorias e distinções de Sebastião Rios, legadas por Stanzel, em formas arquetípicas, nos servem como visualização primária para o entendimento da construção narrativa, não nos interessando retomar essa caracterização para a finalidade deste trabalho, já que não se trata de um estudo do narrador em Machado de Assis.

No primeiro capítulo de um romance em que o narrador se apresenta como certo dos pensamentos e de toda a ambiência descritiva acerca da vida de Rubião, a problematização se confirma na existência de um interlocutor, a quem o narrador se dirige para lhe dizer a verdade; de um suposto observador (“Quem o visse...”); e de uma voz narrativa que se entrelaça com o pensamento do próprio Rubião, constituindo um interessante domínio da imbricação envolvida e do efeito a ser causado (BOSI, 2008).

Essa atitude narrativa, que diz muito a respeito da composição de uma cosmovisão e da construção do enredo a partir dessas marcações pouco usuais à sua época, faz do leitor chave fundamental nesse processo. A problematização do *status* e da garantia dele através da herança a ser gerida por Rubião coloca grandes problemas àquela configuração social brasileira em contato com o capitalismo europeu em expansão, com suas fábricas e sua ideologia. A par do enredo e de posse das contradições que a vida social brasileira vivia em relação às novidades vindouras, a percepção machadiana ultrapassa a representação pronta das estruturas e características nacionais, alargando uma concepção pouco afeita ao realismo da época, pois se instrua de uma gradação crítica que se dava no questionamento, velado aos olhos imediatistas, da forma de representar, do modelo de nação e do modelo de homem, que em Machado não estava determinado, pois era, antes, cindido; algo aprendido com a filosofia pascaliana (BOSI, 1999) e que, segundo Rouanet (2007), ao ser atualizada fundamenta sua leitura de mundo.

Essa condição da obra é inaceitável a críticos como Sílvio Romero e demonstrada na afirmação de que Machado sofreria “de uma perturbação qualquer nos órgãos da linguagem” (ROMERO apud TEZZA, 2008, p. 240). Ao se horrorizar com a linguagem machadiana, Romero segue dizendo que Machado “não é vivace, nem rútilo, nem grandioso, nem eloqüente. [...] Sente-se que o autor não dispõe profusamente, espontaneamente, do vocabulário e da frase. Vê-se que ele apalpa e tropeça” (ROMERO apud TEZZA, 2008, p. 240). Essas afirmações que hoje nos parecem absurdas, grande parte em razão da releitura das obras de Machado de Assis pela crítica, seguiam os princípios de uma estética realista que não se permitia digressões, interrupções, interlocuções e uma linguagem historicizada de acordo com o contexto e inserção da voz narrativa do próprio narrador ou do personagem tributário da narração. Machado tropeça e assim o quer sua literatura, ao colocar na voz do seu narrador a afirmação de uma condução *ébria* do enredo de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, porque isso lhe parece mais real do que as *descrições diretas e nutridas*, sendo o real não a afirmação

das transposições dele em si, mas sim o real constituído das armações envolvidas no humano, no social, no histórico, na imaginação. Nesse sentido a recondução dos princípios norteadores dos homens coloca em pauta a força da história e do processo de racionalização. Por isso um entendimento acerca da instabilidade, que ao ser conduzido por uma tonalidade irônica faz diferença na localização de Machado na literatura brasileira. Desse modo não nos parecem sem propósito os dois trechos a seguir: “É isto a razão humana: uma luz melindrosa, que resiste muita vez ao vendaval de um século, e se apaga ao sopro de um livro”⁴ e “O incerto é o sal do espírito!”⁵. Há aqui a apresentação de uma posição quanto ao tempo e o anseio humano por prendê-lo, algo redutor da capacidade sensitiva e produtiva da consciência. Machado apresentava, portanto, uma cosmovisão mais complexa do que as filosofias iluminadas de seu tempo, pois ao abrir uma fissura⁶ na formulação literária e no pensamento, a visualização sobre o real começa a tomar outros sentidos na leitura da vida e da sociedade brasileira.

Tendo em vista essas preocupações de representação da literatura realista moderna, apregoadas com frequência por críticos de cunhagem realista, como Silvio Romero, seria algo descabido apresentar aos leitores narradores pouco usuais. O exagero a que essa característica é levada está no aparecimento de um *defunto-autor*, que estrutura suas considerações repleto de mobilidade imaginativa e com constante uso de paródias, algo frequente em toda a obra machadiana. Mesmo quando o narrador não é alguém que já deixou a *vida para efetivamente entrar nela*, a estrutura da narração compõe-se de dúvidas que, ao invés de romper os laços de confiança com o leitor, faz dele um cúmplice; é verdade que em condição não tão favorável, mas, talvez, a única viável. Um *defunto-autor* ou um diplomata enfasiado da vida, como no *Memorial de Aires*, dispõem os eventos pela obra em um exercício de desconfiança que faz do leitor sujeito ativo, dando-lhe, ao menos ao leitor menos conformado, a opção de viver sua liberdade como construtor de conhecimento.

⁴ Cf. MACHADO, “Notas semanais”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 09.06.1878. Publicado com o pseudônimo Eleazer. In: *Cadernos de literatura brasileira*, 2008, p. 71.

⁵ Cf. MACHADO, “A semana”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16.04, 1893. Publicado sem assinatura. In: *Cadernos de literatura brasileira*, 2008, p. 70

⁶ Interessante notar como essa noção de abrir fissuras no pensamento é sintetizado no fim do século XX pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1998), em seu *Contrafogos*.

Certos deslocamentos dos valores

O narrador machadiano parece levar como procedimento da sua pena a filosofia do *humanitismo* apreendida pelo filósofo Quincas Borba, apresentada em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* no capítulo CXVII, filosofia essa que se estrutura através de uma genealogia das relações em sociedade, pois é pelo ensinamento dessa filosofia que apreendemos a origem, as distorções e as negociações dos homens e suas demandas. Esse “sistema de filosofia destinado a arruinar todos os demais sistemas” (MACHADO, 2004, p. 614, v. 1) tinha ligação direta com o Bramanismo, predileção que Machado também utiliza para fundamentar a filosofia de um conto muito emblemático, chamado “O Segredo do Bonzo”, e que vamos analisar adiante. Antes é relevante perceber como os princípios da filosofia humanista ecoam por muitos aspectos da reflexão machadiana. Brás Cubas ao encontrar o filósofo Quincas Borba transfere a voz para o personagem na apresentação da filosofia. Vejamos:

Humanitas, dizia ele, o princípio das cousas, não é outro senão o mesmo homem repartido por todos os homens. Conta três fases Humanitas: a *estática*, anterior a toda a criação; a *expansiva*, começo das cousas; a *dispersiva*, aparecimento do homem; e contará mais uma, a *contrativa*, absorção do homem e das cousas. A *expansão*, iniciando o universo, sugeriu a Humanitas o desejo de o gozar, e daí a *dispersão*, que não é mais do que a multiplicação personificada da substância original (MACHADO, 2004, p. 614/615, v. 1).

É dessa filosofia que o lema “Ao vencedor as batatas” provém, na apresentação das maldições filosóficas dadas aos jogos de sobrevivência morais e sociais. Viver é lutar. É esse o cerne da vida, a guerra. E o narrador luta com o leitor, mesmo que escondendo o chicote, mas quando à sua mão ele não se exime do uso. O que fundamenta a hipótese de uma ousadia interna e na petulância de efeito da relação entre narrador e leitor. Para entender a estrutura dessa narrativa percebemos que os nexos entre os capítulos não se dão de maneira simplesmente sequencial, fazendo com que o recurso da montagem⁷ seja utilizado por toda a obra. Existe, portanto, um espaço de articulação do conhecimento dos fatos, das percepções e interpretações sobre eles e sobre as coisas que vão além

⁷ A respeito da noção de montagem para a composição do conhecimento é interessante conferir a teoria da história benjaminiana em que se articulam os vetores epistemológicos para a reflexão histórica, algo pungente na Alemanha do neo-romantismo. Podemos observar também em Weber essa noção como fundamento para uma “sociologia compreensiva”.

deles próprios. Muitos capítulos antes da apresentação da filosofia do *humanitismo*, Brás Cubas nos conta de uma *reflexão imoral*:

Ocorre-me uma reflexão imoral, que é ao mesmo tempo uma correção de estilo. Cuido haver dito, no capítulo XIV, que Marcela morria de amores pelo Xavier. Não morria, vivia. Viver não é a mesma coisa que morrer; assim o afirmam todos os joalheiros desse mundo, gente muito vista na gramática. Bons joalheiros, que seria do amor se não fossem os vossos dices e fiados? Um terço ou quinto do universal comércio dos corações. Esta é a reflexão imoral que eu pretendia fazer, a qual é ainda mais obscura do que imoral, porque não se entende bem o que eu quero dizer. O que eu quero dizer é que a mais bela testa do mundo não fica menos bela, se a cingir um diadema de pedras finas; nem menos bela, nem menos amada. Marcela, por exemplo, que era bem bonita, Marcela amou-me...

Do Trapézio e outras coisas

... Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis; nada menos (MACHADO, 2004, p. 536, v. 1).

Esse *gap* na leitura do enredo é exatamente seu ponto de apoio e sua lógica. Ao entendermos o trabalho da leitura o texto se forma. Brás Cubas se assume como confuso e se explica, ao final Marcela o amou, porém durante alguns contos de réis, de acordo com seu interesse.

Essas retomadas são dirigidas à compreensão maior do texto e das considerações que ele quer informar. A dicotomia entre continuidade e descontinuidade, típica das problematizações sociológicas acerca da modernidade, podem ser percebidas nesses fluxos de referências deslocadas no enredo, que sofrem um processo de colagem que o próprio narrador projeta como alvo de sua formulação discursiva e na postulação do seu entendimento de homem, tarefa compartilhada explicitamente com o leitor. Esse compartilhamento é levado ao máximo quando um capítulo, a saber, o CXXXIX, compõe-se apenas de um pontilhado contínuo, sem texto algum escrito, ou mesmo quando os pontilhados acompanham algumas palavras, caso do capítulo LV, uma decisão narrativa que deve fazer com que o leitor tenha convicção de estar frente a um narrador “estrambótico”⁸, para dizer pouco.

A organização da tarefa reflexiva do enredo é indicada no decorrer do espaço narrativo. Um exemplo disso é a direção sugerida no capítulo CV / “A equivalência das janelas”:

⁸ Cf. Facioli, Valentim. *Um defunto estrambótico* (2008).

Dona Plácida fechou a porta e caiu numa cadeira. Eu deixei imediatamente a alcova, e dei dous passos para sair à rua, com o fim de arrancar Virgília ao marido; foi o que disse, e em bem que o disse, porque Dona Plácida deteve-me por um braço. Tempo houve em que eu cheguei a supor que não dissera aquilo senão para que ela me detivesse; mas a simples reflexão basta para mostrar que, depois dos dez minutos da alcova, o gesto mais genuíno e cordial não podia ser senão esse. E isto por aquela famosa lei da equivalência das janelas, que eu tive a satisfação de descobrir e formular, no capítulo LI. Era preciso arejar a consciência. A alcova foi uma janela fechada; eu abri outra com o gesto de sair, e respirei (MACHADO, 2004, p. 608, v. 1).

Brás Cubas, no capítulo anterior, por pouco não é descoberto por Lobo Neves que aparecera sem aviso prévio. Antecede que Virgília e Brás Cubas consumavam o ato de traição e a alcova foi o lugar de refúgio do narrador que à saída de Lobo Neves se diz impelido pela ideia de tomar Virgília do marido, algo a se duvidar e que ele próprio informa. O alívio é a execução da fórmula descoberta no capítulo LI, a da “equivalência das janelas”, a qual diz respeito à compensação que pode ser executada a partir da substituição de uma janela fechada por outra aberta. No capítulo em que Brás Cubas descobre essa lei, a apresentação da conclusão que ela informa, confere um caráter de permuta para a tranquilização moral da consciência do homem que, estando em situação limite, deve fornecer a si próprio outro espaço para se sentir aliviado e anular, portanto, a pena da janela fechada: um jogo metafórico enfático e de localização discursiva rigoroso para a finalidade machadiana de descortinar a modelação da psicologia e da prática de seus personagens. Assim, a composição da reflexividade das referências na organização da obra se cumpre.

A condução do fazer narrativo de Brás Cubas exige do leitor e da própria voz narrativa uma tarefa de apuração que percorre o giro reflexivo dos limites, certezas e dúvidas da organização da percepção do narrador. Essa modulação também aparece em *Dom Casmurro*, porém em outras medidas. Talvez a dúvida gerada na narrativa de *Dom Casmurro*, outra obra da segunda fase machadiana, em relação à traição ou não de Capitu, seja menos compartilhada com o leitor, ao colocar Capitu no banco dos réus, como nos fez notar a crítica Helen Caldwell, através do caráter inquisidor do narrador Bento Santiago⁹. O sentido da dúvida¹⁰ se insere, nesse caso, exatamente na nova

⁹ Conferir artigo “No banco dos réus. Notas sobre a fortuna crítica recente de *Dom Casmurro*”, do professor Paulo Franchetti (2009).

¹⁰ Ainda a esse respeito, o artigo do crítico Fabio Lucas “Algumas ramificações de *Dom Casmurro*”, que versa sobre a noção de “uma ambiguidade insolúvel” (2009, p. 99) é inspirador e elucidativo.

gradação apresentada, o lugar de acusador do narrador tomado pelo ciúme. As aproximações com a tipologia de narração em Machado não se esgotam nesses reparos, já que Bento Santiago também se permite inflexões a respeito da lógica em que seu olhar é construído. Em espaços muito curtos de ação e da percepção descritiva o conflito do julgamento é produzido. A reflexividade é menos espaçada no que concerne à adequação do desfecho interpretado, o que não exime o leitor dos contornos desse problema. Os voos em *Dom Casmurro* são menores, o que faz com que a relação interpretativa se torne mais particularizada. Essa característica comparativamente nos parece, em alguma parte, ser conduzida em função da diferença de erudição dos narradores de *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*¹¹. No trecho a seguir percebemos a ocorrência da dúvida e de seu espaço de atuação.

CAPÍTULO CXXXIX / A FOTOGRAFIA

Palavra que estive a pique de crer que era vítima de uma grande ilusão, uma fantasmagoria de alucinado; mas a entrada repentina de Ezequiel, gritando: – "Mamãe! mamãe! é hora da missa!" restituiu-me à consciência da realidade. Capitu e eu, involuntariamente, olhamos para a fotografia de Escobar, e depois um para o outro. Desta vez a confusão dela fez-se confissão pura. Este era aquele; havia por força alguma fotografia de Escobar pequeno que seria o nosso pequeno Ezequiel. De boca, porém, não confessou nada; repetiu as últimas palavras, puxou do filho e saíram para a missa (MACHADO, 2004, p. 938, v. 1).

O encaminhamento para o desfecho revelador, visualizado através da identificação do filho Ezequiel com seu amigo e possível amante de Capitu, Escobar, é iniciado pela hesitação do narrador que demonstra estar repleto de desvios em sua certeza. Logo na primeira frase vemos o aparecimento dessas incongruências que em seguida é resolvido pelo destino do olhar, que segundo Bento Santiago já dizia tudo; não era, portanto, preciso confessar nada. A história de adultério que pode ter se constituído na adulteração de uma história¹² nos lega uma preocupação entremeada de certezas múltiplas no capítulo final da obra. O que “resta” é saber se a Capitu da infância era a

¹¹ É interessante como essa diferença é pontuada e também passível de reformulação. Apesar dos voos mais extensos de Brás Cubas, percebemos que o narrador é um manipulador das referências, e isso ele nos diz claramente ao afirmar sua formação acadêmica como um simples aprendizado do modo de ordenação dos conceitos e da tradição, apresentando certa desfaçatez em sua erudição. O espaço de formulação das sugestões de Bento Santiago em *Dom Casmurro* são menores, mas de uma profundidade minuciosa.

¹² A esse respeito conferir a tese de doutoramento *Ceticismo e ironia no pensamento social de Machado de Assis*, do professor Sebastião Rios.

mesma da traição ou se foram forças das circunstâncias ou, se mais, foi o próprio Bento o responsável por esse desfecho.

CAPÍTULO CXLVIII / E BEM, E O RESTO?

Agora, por que é que nenhuma dessas caprichosas me fez esquecer a primeira amada do meu coração? Talvez porque nenhuma tinha os olhos de ressaca, nem os de cigana oblíqua e dissimulada. Mas não é este propriamente o resto do livro. O resto é saber se a Capitu da Praia da Glória já estava dentro da de Mata-cavalos, ou se esta foi mudada naquela por efeito de algum caso incidente. Jesus, filho de Sirach, se soubesse dos meus primeiros ciúmes, dir-me-ia, como no seu cap. IX, vers. 1: "Não tenhas ciúmes de tua mulher para que ela não se meta a enganar-te com a malícia que aprender de ti". Mas eu creio que não, e tu concordarás comigo; se te lembras bem da Capitu menina, hás de reconhecer que uma estava dentro da outra, como a fruta dentro da casca.

E bem, qualquer que seja a solução, uma cousa fica, e é a suma das sumas, ou o resto dos restos, a saber, que a minha primeira amiga e o meu maior amigo, tão extremosos ambos e tão queridos também, quis o destino que acabassem juntando-se e enganando-me... A terra lhes seja leve! Vamos à "História dos Subúrbios" (MACHADO, 2004, p. 994, v. 1).

Nota-se como a repartição entre dúvida e certeza é reconduzida imediatamente à narração como julgamento final. Retorna em um espaço muito curto de dúvida a convicção anteriormente sentenciada, fazendo do mote das considerações do narrador o ponto central de tensão interpretativa. Esse efeito produz uma relação de dependência entre o narrador e o leitor. Ademais, uma motivação que em primeiro plano se apresenta como simples, a narração de uma traição, recebe nuances que coloca em questão o próprio homem, como já prenunciado pela filosofia do *humanitismo* e pela vinculação específica da obra machadiana às questões candentes do seu tempo e de sua reflexão filosófica e sociológica.

Vimos como a organização da narrativa se dá e como se depreende da assunção do *humanitismo* no procedimento narrativo a constituição das questões que envolvem o escopo de instituição das vontades humanas no seio da sociedade, negociadas a todo custo por poderes fortemente enraizados, inclusive na noção e no entendimento de homem. Em primeiro momento, o encontro de Brás Cubas com o filósofo Quincas Borba no capítulo CXVII resulta na sintetização das fases orientadoras de seu *humanitismo*. Acrescem a isso os desdobramentos dessa síntese. Brás Cubas transfere a voz para Quincas Borba e a retoma como que preocupado em deixar mais

claro a ele e ao leitor, pois é necessário *digerir* a filosofia. O primeiro desdobramento explicativo se refere à ligação do *humanitismo* com o Bramanismo, em que a origem dos homens estaria condicionada a sua distribuição pelo corpo de Humanitas.

Explicou-me que, por um lado, o Humanitismo ligava-se ao Bramanismo, a saber, na distribuição dos homens pelas diferentes partes do corpo de Humanitas; mas aquilo que na religião indiana tinha apenas uma estreita significação teológica e política, era no Humanitismo a grande lei do valor pessoal. Assim, descender do peito ou dos rins de Humanitas, isto é, ser um forte, não era o mesmo que descender dos cabelos ou da ponta do nariz (MACHADO, 2004, p. 615, v. 1).

Desse instante originário se daria a perpetuação dos momentos seguintes da configuração do homem no seio da sociedade. A tarefa dessa filosofia é a distribuição dos poderes do homem mediante sua disciplina originária. Por isso, se perder em preocupações desnecessárias acarretaria a condição de derrota na luta que é a vida. “O amor, por exemplo, é um sacerdócio, a reprodução um ritual” (MACHADO, 2004, p. 615, v. 1).

Em outro momento da explicação de Quincas Borba, a densidade da filosofia está justamente na confecção da percepção do homem acerca dos postulados advindos de Humanitas. Ela não teria fundamento e permanência se seu entendimento não repousasse na ligação direta entre Humanitas e a vivência real dos homens. Para isso o homem deve voltar a si próprio. “Nota que não faço do homem um simples veículo de Humanitas; não, ele é ao mesmo tempo veículo, cocheiro e passageiro; ele é o próprio Humanitas reduzido; daí a necessidade de adorar-se a si próprio” (MACHADO, 2004, p. 615, v. 1).

A nossa leitura adiantou a consideração da filosofia *humanitista* como afirmação de um procedimento narrativo, e que em críticos como Roberto Schwarz (1990) será afirmado como o caráter de classe do narrador, ou sua volubilidade, característica narrativa em que se aplicam as negociações de jogos de interesses, conceito trabalhado em *Um mestre na periferia do capitalismo*, que leva adiante a voz da elite que ele representa e se interessa em fundamentar as benesses advindas dessa posição. O que, segundo Schwarz, seria exatamente a grandeza da obra machadiana, ao mostrar as vicissitudes da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. São bastante caras à crítica e à percepção da obra machadiana a formulação e a sintetização dessa filosofia. Pois é diante do aparecimento fundador da filosofia como nova religião

que os narradores machadianos a partir de Brás Cubas estarão voltados às considerações morais ordenadas por esses preceitos. Quando em primeira pessoa, essa ordenação é radicalizada na apresentação da voz narrativa; quando em terceira, a condução do enredo e da distribuição das vozes e dos interesses presentes nelas coordena essa percepção.

Uma questão que nos interessa é como essa filosofia compõe a universalização machadiana do conceito de homem e das relações em sociedade. O tratamento das aparentes incongruências morais e sociais nada mais é do que uma malversação sobre os princípios geradores da vida, da guerra dos homens contra os homens. Continua Quincas Borba:

Queres uma prova da superioridade do meu sistema? Contempla a inveja. Não há moralista grego ou turco, cristão ou muçulmano, que troveje contra o sentimento da inveja. O acordo é universal, desde os campos da Iduméia até o Alto da Tijuca. Ora bem; abre mão dos velhos preconceitos, esquece as retóricas rafadas, e estuda a inveja, esse sentimento tão subtil e tão nobre. Sendo cada homem uma redução de Humanitas, é claro que nenhum homem é fundamentalmente oposto a outro homem, quaisquer que sejam as aparências contrárias. Assim, por exemplo, o algoz que executa o condenado pode excitar o vão clamor dos poetas; mas substancialmente é Humanitas que corrige em Humanitas uma infração da lei de Humanitas. O mesmo direi do indivíduo que estripa a outro; é uma manifestação da força de Humanitas. Nada obsta (e há exemplos) que ele seja igualmente estripado. Se entendeste bem, facilmente compreenderás que a inveja não é senão uma admiração que luta, e sendo a luta a grande função do gênero humano, todos os sentimentos belicosos são os mais adequados à sua felicidade. Daí vem que a inveja é uma virtude (MACHADO, 2004, p. 615, v. 1).

Essa fundamentação toma contornos práticos e bem objetivos quando Quincas Borba se dirige a Brás Cubas enquanto Quincas “chupava filosoficamente a asa do frango” (MACHADO, 2004, p. 616, v. 1) e através dele remonta a história de sua fome saciada pela trajetória dos que trabalharam para seu deleite, indo dos africanos que alimentaram o frango com milho, passando por sua escravidão, e por algumas das etapas na crueza das relações humanas para, enfim, matar seu apetite.

Deste princípio decorre a ideia de que o homem é forte, e de que esse sistema filosófico é a verdadeira destruição da dor, pois ela é pura ilusão, já que o homem utiliza-se do outro reciprocamente. A metáfora filosófica do *humanitismo* serve como satirização das lógicas filosóficas formuladas a partir de um esforço sobre-humano de controle total do real que a filosofia e a sociologia nascente diante do

iluminismo produziram. Tanto essas filosofias quanto o *humanitismo* se apresentam como aniquiladores de uma metafísica, sem se dar conta da construção apriorística da sua destinação histórica, no caso específico machadiano, pela naturalização do homem como o próprio Humanitas. Como apresentou Schwarz:

Mas passemos ao Humanitismo, a mais célebre das filosofias machadianas. Como sugere o nome, trata-se de uma sátira à floração oitocentista de ismos, com alusão explícita à religião comtiana da humanidade. Os raciocínios fazem pensar em mais outras filiações, já que em lugar dos princípios positivistas afirmam a luta de todos contra todos, à maneira do darwinismo social. A própria guerra generalizada, contudo, não passa de ilusão, pois tem fundamento monista: Humanitas é o princípio único das coisas, residindo igualmente nas partes vencida e vencedora, no condenado e no algoz, de sorte que não há perda alguma onde parecia haver uma desgraça. Daí que a dor não existe nem tem cabimento (1990, p. 155).

Interessante também perceber como esses sistemas tomam as consciências dos homens e conduzem suas práticas. Porém é exatamente nesse campo de atuação que o narrador machadiano relativiza a vigência de sistemas e contesta verdades¹³.

Essa reflexão é bastante elucidativa na medida em que repensamos os jogos sociais e historicizamos nossas práticas. A obra de Machado de Assis enfrenta e confecciona problemas com fineza e arrojo, pois ultrapassa a referência e dá a ela outro sentido. Uma estrutura de pensamento que se permite e se propõe a uma armação ampla de questões, incorpora no enredo, nos problemas da sua formulação, nas suas idéias, no seu conflito conclusivo um jogo de perguntas e respostas que faz da tradição e da história presentes nela uma confluência de superações, tornando-se filosofia, que aqui nos serve como uma reflexão que nunca cessa.

A concepção de homem

A concepção de homem em Machado de Assis é antes uma concepção sobre a vida, não permitindo que sua leitura e percepção seja essencialista. A elaboração de sua literatura e os sentidos difundidos no texto machadiano completam-se com o enfrentamento inevitável que o leitor atento vai produzir ao observar as relações com as

¹³ Trataremos ainda sobre essas filosofias e suas consequências na segunda parte deste trabalho, na seção que se dedica a *O alienista*.

correntes de pensamento disponíveis. O realismo machadiano não incorpora a ideia de representação do real através de estereótipos, já que o homem que percorre sua narrativa e que ele apresenta não se resume a simplicidades aparentes¹⁴. A aparência aqui recebe toda a duplicidade e heterogeneidade que formula o que vemos em primeiro plano. Tampouco Machado é um naturalista, pois o homem de sua pena transforma sua estada no mundo. “A originalidade de Machado está em ver por dentro o que o naturalismo veria por fora” (BOSI, 1999, p. 18). Essa localização social coloca o homem diante de perguntas e respostas que não podem ser adiantadas senão de acordo com o contexto histórico que a produz, mas também de acordo com princípios que, segundo Machado, regem as decisões humanas, seus interesses. Questões como essas foram motivadoras, na filosofia, de uma fenomenologia e, no pensamento social, de uma micro-sociologia, porém em Machado a articulação do plano literário conduz a um inventário da totalidade da configuração social. A respeito dessa formulação, Alfredo Bosi nos acresce um problema ao tratar do olhar machadiano para a conformação do conhecimento a partir da criação de especificidades que complexificam a armação da teia social e de seu entendimento:

Ainda em termos de modos de conhecimento, é significativo que, na figuração de Capitu, o narrador recorra à tautologia, desistindo de dar à namorada uma definição estreita e quadrada: “Capitu era Capitu, isto é, uma criatura mui particular, mais particular do que eu era homem”. O singular em estado puro – Capitu era Capitu – casa-se com o universal feminino (mulher), e daí nasce este “mui particular”, intensivo, que leva ao extremo possível a recusa à classificação (1999, p. 29/30).

Esse problema de construção e captação do conhecimento no mundo e na obra literária é, efetivamente, uma questão a se tratar por aqueles que afiguram a ideia de análise do texto literário a partir de uma sociologia dos tipos literários, como primeiramente apregoada por pensadores de cunho marxista como Lukács.

A singularidade na construção das personagens nos parece uma reviravolta com que a literatura e a reflexão filosófica e sociológica posterior vai geralmente ter de lidar. Isso não impede a existência de um conhecimento sobre a vida, tampouco é necessário, em contraposição, afirmar a tipologia totalizadora dos fluxos sociais, pois aí

¹⁴ A respeito de um melhor esclarecimento sobre o tipo de representação da realidade, fundada na preocupação estilística do realismo e quanto aos modelos proporcionados de conhecimento vinculados ao real, discutiremos na primeira seção da segunda parte deste trabalho.

não restaria ao pensamento nada a fazer, a não ser classificar, como uma simples máquina registradora. Weber, mesmo construindo tipos ideais para observação das ações sociais, preocupa-se com essas questões na formulação das Ciências Sociais e sabe da necessidade do conhecimento aproximativo, para poder reordenar as demarcações do que é tido imediatamente como realidade apreensível a ser constituída por um conhecimento compreensivo, postulando a construção de um *indivíduo histórico*, como assinalado na primeira página do capítulo “O ‘espírito’ do capitalismo” de sua *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Portanto, é muito caro às investidas científicas sobre o social, se ainda se quer assim, maturar o diálogo com a construção abstrata, a vigência no real e, no nosso caso, a dotação de um sentido reconfigurado do homem e da sociedade. Por isso uma sociologia que se quer ainda existente deve ter em seu horizonte essas problematizações. Sabemos que Machado não é um sociólogo e não queremos afirmá-lo como tal, mas é exatamente como um romancista que ele nos dá essa variedade de atuação crítica. Sobre isso nos diz Bosi:

No entanto, Machado de Assis, que não era cientista social, mas romancista, construiu livremente ora rasgos individuais, ora tipos, ora pessoas. Essa riqueza e variedade do seu realismo, já comparado às conquistas de Proust e de Pirandello, lhe era facultada pela sua capacidade dialética de negar a negação, tomada no sentido que lhe deu Hegel, e que abre e areja por dentro as certezas compactas do determinismo sociológico (1999, p. 159).

Esse ensinamento deve percorrer nossa análise, na medida em que ele também pode ser conformado à ótica de que essa liberdade na construção narrativa é formulada a partir de uma localização social e histórica.

A organização das personagens machadianas em casos singulares da vida social brasileira, o que nos parece uma preocupação também pouco absolutizante, faz erigir uma observação do homem em relação ao seu meio social. É relevante como essa apresentação é formulada em muitos de seus contos. Em “O Caso da Vara”, publicado em 1889 no livro *Páginas Recolhidas*, Machado trata das configurações características da sociedade brasileira e da sua identidade cultural. O livro é publicado um ano após a abolição da escravidão no Brasil e o conto se passa em 1850. Esse deslocamento temporal coloca, a nosso ver, problemas localizados historicamente e também atemporais, invalidando a leitura crítica que considerava o escritor despreocupado dos

problemas de seu tempo. O fundamento é o modo como os homens reagem aos interesses pessoais e aos de sua época.

Damião, fugido do seminário a que seu pai o destinou, depois de alguns lances de dúvida entre retornar à própria casa ou pedir ajuda ao padrinho João Carneiro, decide procurar Sinhá Rita, pois esperava que ela talvez pudesse convencer o padrinho quanto à justeza de sua fuga. Damião tinha uma vaga noção a respeito da relação de Sinhá Rita com seu padrinho, “um moleirão sem vontade” (MACHADO, 2002, p. 215), porém não se furtou a aproveitá-la. Não tinha consciência exata de como ela poderia lhe ajudar, mas esperava tirar algum proveito. Depois de entrar “espavorido” na casa de Sinhá Rita, Damião se acalma e explica a situação. Ela diz não poder ajudá-lo e ele insiste que sim. Em pouco tempo, Damião se inteirou do ambiente, graças à simpatia jovial de Sinhá Rita, que “tinha quarenta anos na certidão de batismo, e vinte e sete nos olhos. Era apessoada, viva, patusca, amiga de rir; mas, quando convinha, brava como diabo” (MACHADO, 2002, p. 217/218). Trocavam anedotas quando uma destas fez rir uma das criadas de Sinhá Rita, que foi imediatamente repreendida: “Lucrécia, olha a vara!” (MACHADO, 2002, p. 218). Ao mesmo tempo em que descreve a situação, o narrador apresenta o pensamento de Damião:

A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrécia receberia o castigo do costume. Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão... Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste (MACHADO, 2002, p. 218).

Damião sabia que suas anedotas direcionadas a conquistar a simpatia de Sinhá Rita à sua causa tinham como consequência a repressão da “negrinha”. É possível estabelecer aqui uma comparação entre a relação de medo e subordinação da negrinha ante Sinhá Rita e a relação de subordinação do leitor ao narrador machadiano dos romances de fina ironia: assim como o riso da negrinha prenuncia sua própria punição, o riso do leitor antecipa uma situação incômoda decorrente da ambiguidade interpretativa. Voltemos ao trecho supracitado, em que se fundamenta o eixo do enredo. Depois das considerações a respeito da defesa e possível vitória da causa de Damião o fechamento de uma história

até então singela se encaminha¹⁵. Seu padrinho se esforça diante do pedido incisivo de Sinhá Rita para que resolva a situação de Damião, que ela já havia tomado como sua. O enredo condutor esconde uma história cruel – não nos parecendo exagero o adjetivo –, cruel e de um riso desengonçado. Quando Sinhá Rita vai conferir o andamento dos trabalhos da casa, Damião é colocado na situação limite de sua moralidade social. Vejamos:

Era a hora de recolher os trabalhos. Sinhá Rita examinou-os, todas as discípulas tinham concluído a tarefa. Só Lucrécia estava ainda à almofada, meneando os bilros, já sem ver; Sinhá Rita chegou-se a ela, viu que a tarefa não estava acabada, ficou furiosa, e agarrou-a por uma orelha.

– Ah! malandra!

– Nhanhã, nhanhã! pelo amor de Deus! por Nossa Senhora que está no céu.

– Malandra! Nossa Senhora não protege vadias!

Lucrécia fez um esforço, soltou-se das mãos da senhora, e fugiu para dentro; a senhora foi atrás e agarrou-a.

– Anda cá!

– Minha senhora, me perdoe!

– Não perdôo, não.

E tornaram ambas à sala, uma presa pela orelha, debatendo-se, chorando e pedindo; a outra dizendo que não, que a havia de castigar.

– Onde está a vara?

A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista.

– Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?

Damião ficou frio... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho...

– Dê-me a vara, Sr. Damião!

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

– Me acuda, meu sinhô moço!

Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita (MACHADO, 2002, p. 223).

¹⁵ Antonio Candido (1977, p. 23) em texto norteador diz sobre Machado de Assis: “A sua técnica consiste essencialmente em sugerir as coisas mais tremendas da maneira mais cândida (como os ironistas do século XVIII); ou em estabelecer um contraste entre a normalidade social dos fatos e a sua anormalidade essencial; ou em sugerir, sob aparência do contrário, que o ato excepcional é normal, e anormal seria o ato corriqueiro. Aí está o motivo da sua modernidade, apesar de seu arcaísmo de superfície”.

Vimos aí a apresentação de uma duplicidade onde a heterogeneidade dos fatores se afirma¹⁶. A tensão dos limites de definição do homem em situações sociais específicas é carregada de intenções não realizáveis, de valores morais afirmativos em sua construção e ao mesmo tempo negociáveis. O campo sociológico do comportamento do homem confirma uma repartição dos valores. Há um distanciamento inevitável na percepção dos valores interessados nas ações, que não condiz efetivamente com a verdade histórica do emaranhado de determinantes que compõe o significado da situação investigada. A figuração dos narradores, do que ele entrega, do que está à margem fica em uma espera sugestiva do trabalho a ser feito pelo leitor no entendimento da realidade, contribuindo para um realismo à frente das formas normalizadas. Para perceber a agudeza dessa narrativa não podemos deixar de notar que o caso iniciado com a fuga de Damião, sua permanência ou não no seminário, não tem desfecho.

Em relação a essas situações em que o homem é posto na raia de suas definições morais, sendo em grandes eventos ou em eventos primários, percebemos um olhar que não se permite passar incólume sob a investigação gradativa das assertivas das práticas sociais. É por isso, principalmente, o homem uma composição de necessidade e forças em atuação. Tal problema não justifica a possível *maldade* humana, mas a denuncia através da sociedade que a compõe. Essa denúncia se faz por meio de um jogo dialético, visto na perspectiva de quem notava a continuidade da formação nacional enraizada na exploração do outro – algo vigente no expansionismo capitalista de cultura liberal. No Brasil, essa cultura estava ainda assentada em vestígios poderosos de uma sociedade escravista e patrimonialista, que não extirpou de si justificativas dessa ordem, como notou Raymundo Faoro¹⁷ (2000) na junção e desdobramento desses valores na formação da sociedade brasileira.

Rouanet argumenta, ao tratar das influências machadianas, que Machado recebeu de Xavier de Maistre a combinação explosiva da duplicidade pascaliana¹⁸ a ser formatada em seus narradores.

¹⁶ Ao final do capítulo XVIII de Quincas Borba, Machado retoma essa formulação a partir da posição que os atores sociais ocupam: “Tão certo é que a paisagem depende do ponto de vista, e que o melhor modo de apreciar o chicote é ter-lhe o cabo na mão” (MACHADO, 2004, p. 657).

¹⁷ O exemplar estudo *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (2001), de Faoro, com um caráter mais estritamente sociológico, é destaque ao ressaltar esses aspectos para a compreensão da obra machadiana.

¹⁸ A integração de situações narrativas fortemente na realidade do nosso homem nacional pode ser vista na exploração psicologizante do conto “O espelho” (MACHADO, 2002).

Além disso, creio ter sido pela mediação de Xavier de Maistre que Machado se apropriou do tema pascaliano da natureza dupla do homem, meio angélico, meio bestial. Vimos que para Xavier de Maistre o homem é composto de duas pessoas, a alma e a outra a *bête*. Para ele, “o homem é duplo. Mas é, como se diz, porque é composto de alma e corpo; e acusam esse corpo de não sei quantas coisas, todavia seguramente de modo bem inapropriado, porque ele é tão incapaz de sentir quanto de pensar. É com a *bête* que é preciso lidar, esse ser sensível perfeitamente distinto da alma, verdadeiro indivíduo, que tem sua existência separada, seus gostos, suas inclinações, sua vontade” (VC, VI, 14). A *bête* leva uma vida própria, quando a alma se distrai ou quando passeia em mundos imaginários, durante o sonho ou o devaneio, e é capaz de dialogar com a alma, muitas vezes impondo sua vontade (ROUANET, 2007, p. 26).

Ao se referir ao modo como Brás Cubas perturba-se com a contradição entre o “ar casto” e a “nudez adivinhada” de Nhã-Lolô, Rouanet se dirige à argumentação pascaliana. Essa sensação dupla exprime “inteiramente a dualidade de Pascal, *l’ange et La bête*, com a diferença de que o jansenista não admitia a simultaneidade das duas naturezas, ao passo que elas aí estavam bem juntinhas” (ROUANET, 2007, p. 26). A esse mesmo respeito Alfredo Bosi interpreta a confluência das referências machadianas e sua capacidade modificadora:

Diversamente de Pascal que, ainda cartesiano e clássico, tendia a crer na supremacia do *habitus* mental afirmando que “o costume, segunda natureza, destrói a primeira” (*Pensées*, 120), Machado prefere a ideia de fusão: “as duas naturezas não se contrariam, completam-se, são as duas metades do homem”. Desejo e interesse não se dissociam. A natural candura e a perfeita dissimulação aparecem juntas, quando necessário e mais uma vez, no laboratório do analista (BOSI, 1999, p. 21).

Diante disso, a questão pascaliana do homem cindido, entre o anjo e a besta, é reinterpretada. A reformulação desse plano por Machado não é gerida por um simples cálculo afirmativo da luta entre as forças. Enquanto que em Pascal a prática de uma delas domina a outra, em Machado o homem na sociedade é constituído exatamente pela confluência dessas forças, o que pode ser observado tanto na subjetividade, quanto na relação entre os homens e nas posições políticas assumidas. Essas três instâncias são verificáveis no romance *Esaú e Jacó*, em que os irmãos gêmeos Pedro e Paulo apresentam cada um consciências cindidas, estão cindidos entre si, pois brigam a vida inteira desde o ventre materno, e nas relações sociais assumem posturas políticas diferentes, sendo um monarquista e o outro, republicano.

O conto “O Caso da Vara”, que acabamos de analisar, é emblemático de como o conto machadiano é exercício constante da audácia que afirmamos. Percebemos nessa narrativa a vivência das referências que Machado toma e transforma das considerações acerca das relações entre o anjo e a besta que há em cada homem e, por conseguinte, no plano social e em sua formatação. Outra questão provocadora da obra machadiana é como uma verdade pode ser manipulada, em que novamente observamos a vigência da apresentação do homem que Machado de Assis percebeu e nos legou.

A manipulação do discurso como tentativa de colocar à prova as verdades descobertas será o eixo das próximas reflexões que terão como objeto o conto “O Segredo do Bonzo”. O enfrentamento da constituição de verdades que organizam a instituição das regras e das crenças sociais é tema deste conto publicado em 1882 em *Papéis Avulsos*. A palavra “bonzo”, em sua acepção mais restrita, diz respeito a um tipo de monge ou sacerdote da cultura oriental. Porém, o dicionário Houaiss apresenta também derivações de sentido pejorativas, como indivíduo preguiçoso, medíocre e fingidor. Interessa-nos, para o estudo deste conto, a ambiguidade entre monge e fingidor.

O texto machadiano em questão se faz passar por um relato de viagem inédito, que teria sido escrito pelo conhecido cronista Fernão Mendes Pinto. O relato tem como mote o estranhamento do narrador diante do que via pelas ruas da cidade de Fuchéu, capital do reino de Bungo, no ano de 1552. A história é permeada de possíveis ludibriações, a começar pelo subtítulo “Capítulo inédito de Fernão Mendes Pinto”, já que essa personagem histórica foi um viajante e escritor português tomado como mentiroso. Além disso, acompanha esse narrador um personagem chamado Diogo Meirelles, o qual conhecia a língua nativa e, portanto, é o responsável pela tradução das falas presenciadas durante o passeio pela cidade.

O conto é a apresentação de situações em que a questão primordial se refere ao modo como certas aparências são levadas à formulação de verdades inquestionáveis. O narrador nos conta do primeiro momento de impacto vivido por ele, ao visualizar um homem da terra rodeado de pessoas que louvavam suas frases eloquentes. O povo ali presente estava completamente estupefato com a argumentação do homem, que se intitulava matemático, físico e filósofo. A primeira dúvida possível, mas logo abandonada, refere-se à tradução de Diogo Meirelles, o qual já estivera em Fuchéu quando anunciante de mercadorias e agora ali estava, depois de ter estudado medicina e se tornado exímio praticante. O caso que Diogo Meirelles ouvia do orador e transmitia

ao narrador, que nos repassa, diz sobre “a origem dos grilos, os quais procediam do ar e das folhas de coqueiro, na conjunção da lua nova” (MACHADO, 2002, p. 78/79) e atribuía a si mesmo a descoberta anunciada, a custo de riscos à própria vida, pois “tão certo era que a ciência valia mais do que a vida e seus deleites” (p. 79). O orador, de nome Patimau, recebe reverências depois da apresentação da sua descoberta, tão impressionante quanto desnecessária. O plano da armação do discurso e da retórica compõe o fio condutor da narrativa.

Alguns passos depois, o narrador e Diogo Meirelles encontram novamente caso semelhante: outros varões ao redor de um homem, de nome Languru, com a mesma eloquência e entusiasmo a proferir sobre

[...] o princípio da vida futura, quando a terra houvesse de ser inteiramente destruída, e era nada menos que uma certa gota de sangue de vaca; daí provinha a excelência da vaca para habitação das almas humanas, e o ardor com que esse distinto animal era procurado por muitos homens à hora de morrer... (MACHADO, 2002, p. 79/80).

Ao constatar essa semelhança, o narrador e seu acompanhante ficaram a se questionar, pois não parecia haver grande fundamento nas idéias dos “banqueteadores” das ruas de Fuchéu. À casa de um alparqueiro, chamado Titané, ficamos sabendo que todo aquele alvoroço em volta das descobertas tinha como base certa doutrina, apregoada por um Bonzo de grande estima local. Interessados em ter mais detalhes sobre a doutrina, Titané comenta a respeito do Bonzo: “Dizem que ele não a confia a nenhuma pessoa, se não às que de coração se quiserem filiar a ela; e, sendo assim, podemos simular que o queremos unicamente com o fim de a ouvir; e se for boa, chegaremos a praticá-la à nossa vontade” (MACHADO, 2002, p. 80). Depois de acertadas a visita ao Bonzo e a demonstração de uma disposição genuína em relação à doutrina, o narrador e Diogo Meirelles vão a seu encontro. A curiosidade justificável quanto à doutrina confirma a realização do mote narrativo. Como em um processo de busca das verdadeiras razões que movem as relações sociais, Machado nos coloca frente à investigação das gradações que compõe, em plano superficial, uma simples história de enganação, que, veremos, vai além do que parece ser.

A fundamentação da doutrina recebe o apuramento de um jogo social e filosófico que planeja o investimento da verdade no seio da sociedade de acordo com a predisposição dos homens para se apaziguarem com as dúvidas infinitas acerca do universo. A preleção do bonzo, de nome Pomada, se realiza em uma atmosfera quase

mitológica em que a dissimulação é amparada por uma seriedade digna da posição de reserva espiritual naquela sociedade. Estando prontos os visitantes para escutar as bases que sustentam a doutrina, Pomada a sintetiza:

Haveis de entender, começou ele, que a virtude e o saber têm duas existências paralelas, uma no sujeito que as possui, outra no espírito dos que o ouvem ou contemplam. Se puserdes as mais sublimes virtudes e os mais profundos conhecimentos em um sujeito solitário, remoto de todo contato com outros homens, é como se eles não existissem. Os frutos de uma laranjeira, se ninguém os gostar, valem tanto como as urzes e plantas bravias, e, se ninguém os vir, não valem nada; ou, por outras palavras mais enérgicas, não há espetáculo sem espectador. Um dia, estando a cuidar nestas cousas, considereei que, para o fim de alumiar um pouco o entendimento, tinha consumido os meus longos anos, e, aliás, nada chegaria a valer sem a existência de outros homens que me vissem e honrassem; então cogitei se não haveria um modo de obter o mesmo efeito, poupando tais trabalhos, e esse dia posso agora dizer que foi o da regeneração dos homens, pois me deu a doutrina salvadora (MACHADO, 2002, p. 81).

A doutrina salvadora está alicerçada na virtude e no saber, que só podem ter existência efetiva numa combinação dialógica. As palavras mais enérgicas “não há espetáculo sem espectador” conferem unidade e universalidade às relações entre os homens, e se calam na necessidade da afirmação de sua verdade que tanto o público quanto o ator querem ver existir. Há na prática dessa doutrina uma transposição dos elementos mais metafóricos de sua organização para a vida social, ou seja, uma desmistificação, já que na humanidade nascem e engendram-se as relações que lhe dão suporte essencial¹⁹.

Ao recompor os valores ordenadores de certa moralidade social, Machado os inverte e dota sua obra de uma característica essencial, a nosso ver, relativizando a distribuição pelo espaço narrativo de personagens tensionadas diante de problematizações, das mais simples às mais complexas. Nesse espaço o Bonzo, que serve para aquela cultura como um amparo, e nos parece um mentiroso, não passa, na

¹⁹ A crítica machadiana já percebeu diferentes relações filosóficas com o ceticismo de Machado. Dentre elas, as mais importantes se dão com os moralistas e com o pensamento de Schopenhauer. Nietzsche, um leitor profundo de Schopenhauer, intensifica a atenção das verdades erguidas em sociedade com uma investigação rigorosa das tentações da razão moderna. Mesmo não sendo intenção deste trabalho ler Machado de Assis à luz de Nietzsche, é motivador notar certas convergências formuladas por essas críticas da cultura. Vejamos: “Então de onde viria o impulso à verdade no mundo inteiro, nessa constelação? Enquanto o indivíduo, num estado natural das coisas, quer preservar-se contra outros indivíduos, ele geralmente se vale do intelecto apenas para a dissimulação: mas, porque o homem quer, ao mesmo tempo, existir socialmente e em rebanho, por necessidade e tédio, ele necessita de um acordo de paz e empenha-se então para que a mais cruel *bellum omnium contra omnes* ao menos desapareça de seu mundo. Esse acordo de paz traz consigo, porém, algo que parece ser o primeiro passo rumo à obtenção daquele misterioso impulso à verdade” (NIETZSCHE, 2007, p. 29).

verdade, de um grande piedoso, porque dissimula uma verdade fazendo dela um bem (BOSI, 1999, p. 137).

Depois de expor como havia tido a ideia para a ilustre doutrina, oriunda da pedra da lua, que dava claridade a todo o campo e nunca havia existido, o Bonzo percebe que não se encontra a verdade nas próprias coisas, mas na relação entre opinião e realidade, entre ser e parecer²⁰. Pomada encaminha sua conclusão: “[...] entendi que, se uma coisa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na opinião, a conclusão é que das duas existências paralelas a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente” (MACHADO, 2002, p. 82). A força da explicação e de seus desfechos leva o narrador, Diogo Meirelles e Titané a se disporem a testar tamanhas artimanhas. “Com efeito, antes de cair a tarde, tínhamos os três combinado em pôr por obra uma idéia tão judiciosa quão lucrativa, pois não é só lucro o que se pode haver em moeda, senão também o que traz consideração e louvor, que é outra e melhor espécie de moeda, conquanto não dê para comprar damascos ou chaparias de ouro” (MACHADO, 2002, p. 82/83). Ao cabo da apresentação rápida das tentativas bem sucedidas de Titané e do próprio narrador, o caso de Diogo Meirelles é o mais “decisivo” dos três para a comprovação da doutrina, narrado mais minuciosamente.

A ambiência fundada em valores distantes da nossa particularidade cultural causa no leitor um estranhamento que exige a armação daquela realidade como possível, na medida em que sua lógica é constituída de relações sólidas entre as exposições. O limite a ser descoberto aparece na experiência menos lógica e mais simbólica, exatamente por confundir a articulação racional, fazendo do absurdo a razão mais sagaz.

²⁰ A organização da formação da verdade é produzida através de um efeito de linguagem. Essa recepção é o fundamento para uma concepção de conhecimento que também é fortemente refletida na filosofia nietzscheana, assumindo um tom acusador. “O que é, pois, a verdade? Um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e adornadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível, moedas que perderam seu troquel e agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas. Ainda não sabemos donde provém o impulso à verdade: pois, até agora, ouvimos falar apenas da obrigação de ser veraz, que a sociedade para existir, institui, isto é, de utilizar as metáforas habituais; portanto, dito moralmente: da obrigação de mentir conforme uma convenção consolidada, mentir em rebanho num estilo a todos obrigatório” (NIETZSCHE, 2007, p. 37). A capacidade de comunicação dessa linguagem garante a vida social. A representação transposta ao conceito das coisas recebe, antes, um delinear pela metáfora. Sobre as diferentes gradações assumidas pela metáfora e seu uso decisivo nas ciências sociais conferir o livro *As metáforas nas ciências sociais*, do professor Jordão Horta Nunes (2005).

Lavrava então na cidade uma singular doença, que consistia em fazer inchar os narizes, tanto e tanto, que tomavam metade e mais da cara ao paciente, e não só a punham horrenda, senão que era molesto carregar tamanho peso. Conquanto os físicos da terra propusessem extrair os narizes inchados, para alívio e melhoria dos enfermos, nenhum destes consentia em prestar-se ao curativo, preferindo o excesso à lacuna, e tendo por mais aborrecível que nenhuma outra coisa a ausência daquele órgão. Neste apertado lance, mais de um recorria à morte voluntária, como um remédio, e a tristeza era muita em toda a cidade Fuchéu (MACHADO, 2002, p.85).

Diogo Meirelles, praticante de medicina, investigou o caso e concluiu que a única saída era mesmo a extração dos narizes, não fazendo mal algum, ao contrário, seria um alívio aos enfermos. Mas como conseguir o consentimento e a disposição para tal procedimento?

Então ocorreu-lhe uma graciosa invenção. Assim foi que, reunindo muitos físicos, filósofos, bonzos, autoridades e povo, comunicou-lhes que tinha um segredo para eliminar o órgão; e esse segredo era nada menos que substituir o nariz achacado por um nariz são, mas de pura natureza metafísica, isto é, inacessível aos sentidos humanos, e contudo tão verdadeiro ou ainda mais do que o cortado; cura esta praticada por ele em várias partes, e muito aceita aos físicos de Malabar (MACHADO, 2002, p.86).

Com a admiração da platéia, e a descrença de alguns, Diogo Meirelles seguiu a argumentação, com fervor e certeza, o que impediu o possível desmascaramento de sua teoria. Os sábios se deram por convencidos e se juntaram ao argumento de Diogo Meirelles. Para que a justificativa não os deixasse a reboque do visitante, qualificaram a propriedade da argumentação dizendo ser o homem também “um produto da idealidade transcendental” (MACHADO, 2002, p. 86), o que fazia da troca do nariz uma simples operação cognitiva. Deram destino ao procedimento, que foi tão bem difundido ao ponto de não ser possível atender toda a demanda. “Diogo Meireles desnarigava-os com muitíssima arte; depois estendia delicadamente os dedos a uma caixa, onde fingia ter os narizes substitutos, colhia um e aplicava-o ao lugar vazio” (MACHADO, 2002, p. 87). A execução da doutrina foi exemplar sucesso e de muita valia ao povo de Fuchéu. O narrador machadiano não deixa de nos contar esse grande ensinamento, nos fazendo pensar na qualidade da manipulação social das verdades, que não faz menos responsáveis os que têm os narizes trocados. A evidência maior da força dos ditos pomadistas é resumida em um ar cômico e inevitavelmente ridicularizante: “Nenhuma

outra prova quero da eficácia da doutrina e do fruto dessa experiência, senão o fato de que todos os desnarigados de Diogo Meirelles continuaram a prover-se dos mesmos lenços de assoar” (MACHADO, 2002, p. 87).

O ceticismo em Machado nos remete à preocupação frequente de como certas manipulações estão a serviço da manutenção da vida social. Como leitor perspicaz da realidade, Machado se serve do tom apaziguador, porém pouco confortante da configuração de verdades que regem o cotidiano. Essa ironia travestida de normalidade inverte a notação de verdades únicas. Isso só nos parece possível mediante uma cosmovisão que constrói a verdade como um jogo de apresentação. Precisa-se, assim, a ideia de uma verdade plural, como já percebida na formulação dos discursos acerca dos temas e do procedimento narrativo, pela voz de seus narradores.

Confluências e referências

Faremos aqui alguns cruzamentos das referências satíricas e subjetivantes que emprestam ao narrador machadiano a qualidade de construir uma percepção sobre a realidade em combate com a afirmação de uma verdade absolutizante. Críticos como Sergio Paulo Rouanet, em *Riso e Melancolia*, e Enylton de Sá Rego, em *o Calundu e a Panacéia*, desenvolveram à exaustão estudos em relação a essas referências.

Notamos como Machado toma da História e da tradição sua capacidade de formular novos valores, ou melhor, apresentar a formulação desses valores nos quais a ideia de homem e de sociedade está subsumida. A reorganização dos modos de apresentação do discurso narrativo e dos temas possibilita um diálogo constante com sua formulação. Isso compete a Machado por ser ele um leitor e compositor de novas formas de apresentação, através da confluência das raízes problematizadoras da tradição.

A confecção de uma narrativa baseada na leitura ficcional da História é exatamente a postura machadiana, pois não sendo sua literatura de cunho documental, ela tem como base a própria tradição ficcional, que lhe permite interpretar a História ao seu modo, como seus narradores não cansam de fazer.

Em crônica motivada pelas comemorações do sete de setembro e do grito do Ipiranga, publicada no dia 15 de setembro de 1876, Machado garante a memória de um povo ao responder a um leitor sobre o interessante questionamento do fato e sua

validade, para depois dizer com ar de deboche, muito condizente com sua pena: “Minha opinião é que a lenda é melhor do que a história autêntica” (MACHADO, 2004, p. 347, v. 3) Enylton de Sá Rego (1989) aponta que esse valor, em que o simbólico é superestimado, Machado incorpora da sátira de tradição luciânica.

Luciano de Samósata viveu no século II de nossa era. Seus escritos constituem um marco para a sátira dos costumes de sua época, fundamentalmente por seus diálogos, tradição aprendida com os gregos. Deve-se aos seus *Diálogos dos mortos* a influência machadiana em colocar um defunto para nos contar a história em uma de suas obras. O emprego dessa postulação discursiva, ao observar sua própria vida e a da sociedade em que viveu, conduz a narrativa para o absurdo, mas se justifica na medida em que só quem não tem mais vínculos com essa terra pode efetivamente falar sobre ela. Rego cumpre a tarefa de rever na obra machadiana a influência dessa tradição respondendo às relações advindas em dois eixos muito caros a Machado, a saber, a confluência de gêneros na formulação machadiana e a maneira como essa sátira dos costumes é levada adiante pelos moralistas contemporâneos ao desenvolvimento do pensamento racionalizante gerador das filosofias iluministas. Essa chave interpretativa remonta Machado de Assis a Erasmo de Roterdã e a La Rochefoucauld, passando por Sterne, Xavier de Maistre e Almeida Garret, principalmente no tom irônico de suas assertivas.²¹

A reinvenção da escrita para Machado foi necessariamente uma conjugação dos esforços da tradição e para além dela. Acompanhemos Rego:

Em seu texto de crítica literária “A Nova Geração”, publicado em 1º de dezembro de 1879, Machado de Assis define claramente sua opinião a respeito da relação entre o escritor e a tradição literária que o precede: “Aborrecer o passado ou idolatrá-lo vem a dar no mesmo vício; o vício de uns que não descobrem a filiação dos tempos, e datam de si mesmos a aurora humana, e de outros que imaginam que o espírito do homem deixou as asas no caminho e entra a pé num charco” (OC. III, 835). Com essas palavras, Machado de Assis – leitor enciclopédico e profundo – demonstra estar plenamente consciente dos principais problemas que enfrenta o bom escritor: por um lado, a extrema dificuldade em ser totalmente “original”, isto é, pensar e escrever algo que ainda não tinha sido pensado e escrito por algum escritor anterior; por outro lado, a necessidade de evitar o estéril autoritarismo resultante da simples “imitação” dos “clássicos”. Aos

²¹ Nosso trabalho não intenta revisitar essas influências, mas perceber de que modo servem a Machado como elevação de uma postura não dogmática. A averiguação das fontes já foi realizada pelos críticos que alimentam nossa reflexão.

ignorantes da tradição cabe portanto o sentimento ingênuo de se crerem “a aurora humana”; aos conservadores, incapazes de criação – ou recriação, a nostalgia autoritária das glórias perdidas do passado, e a incapacidade de perceber o presente senão como “charco” (REGO, 1989, p. 113).

Não se exime da tradição, tampouco se escraviza nela. Machado sabendo disso forja um narrador e uma leitura de mundo que enfrenta essa dicotomia, preocupado em criar lidando com a história da humanidade e sendo um brasileiro, tão carioca ao ponto de ter saído de seu Rio de Janeiro por duas vezes em período curtíssimo. Seguir fórmulas prontas não é o caráter de Machado de Assis, menos ainda de seus narradores, que armam o leito para o leitor imprimindo uma hibridização de gêneros adequados a suas finalidades. Por exemplo, no capítulo CXIX, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, intitulado “Parênteses”, o narrador desfila máximas ao modo de La Rochefoucauld.

A capacidade de reformular a interpretação da história e da vida social que passa pelos olhos ativos do narrador é umas das potencialidades da reflexão do texto machadiano, que destaca o que vê, assinalando como vê. “Brás Cubas – o anti-herói épico possível em nossos tempos, ao anatomizar sua própria humanidade e ao parodiar em suas memórias as convenções literárias tanto do romantismo quanto do naturalismo, produz com seu texto uma re-escrita cômica do épico” (REGO, 1989, p. 193).

Para Machado de Assis, a disponibilização do tema não é um procedimento dissociado de sua formatação, pois, como afirmamos, o modo de ver se combina com o que se vê, atuando um sobre o outro reciprocamente. O alargamento dessa percepção está diretamente vinculado com a apresentação de uma visão de mundo com força alegórica através da morte, ou pela sutileza de um diplomata aposentado a atacar tudo que vê, ou pela necessidade de defender o abandono do seminário. Em *Riso e Melancolia*, Rouanet articula esses planos com o poder do narrador machadiano. Eduardo Portella, ao prefaciá-lo, enfatiza o itinerário investigativo de Rouanet, centrado na organização da teia a ser enfrentada pelo leitor de Machado de Assis. O problema é, então, como e o que se tece, pois

[...] o narrador é “o verdadeiro senhor do tempo”. O manda-chuva. Aquele que acelera ou desacelera a marcha narrativa conforme as indicações do tempo e, mais que tudo, de acordo com os caprichos do narrador prepotente. O voluntarismo, os deslocamentos, os entrelaçamentos, a reprogramação das experiências subjetivas, a fragmentação sensorial, a rica tipologia das digressões, obedecem às

ordens supremas do superior contador de histórias (PORTELLA, 2007, p. 13).

A responsabilização da obra pelo narrador é radicalizada em Machado, já que o leitor se transforma em interlocutor ativo no processo narrativo. No limite, quem narra quem? Essa pergunta não deve ser respondida.

O destino trágico do homem será reprogramado no plano da narração, produzindo essa relação indissociável entre riso e melancolia. A tradição satírica a que ligeiramente nos referimos ganha proporções decisivas na narrativa machadiana. Segundo Rouanet (2007), Machado se vale, assim como outros escritores modernos, dos recursos incorporados por meio da leitura do romance *A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Shandy*, o que teria levado à constituição de uma “forma shandiana”. Machado de Assis, especificamente, transforma suas referências e formula um narrador que se movimenta pela história e fora dela, dando a ele possibilidade de negociar as impressões sobre os fatos. Essa particularização ligada a universalizações hibridiza o discurso e dá a Machado a força de um crítico da razão.

As digressões e a movimentação dos narradores machadianos da segunda fase conferem ao texto uma perspicácia na percepção social orientada pelos eventos históricos e pelo diálogo com a tradição, erudição que capacita a distribuição de observações por diversos ângulos. Não nos interessa refazer descritivamente o trabalho fundamental já executado por outros críticos que mapearam com grandeza as passagens determinantes para os narradores machadianos. Interessa-nos verificar a acuidade que Machado demonstra ao produzir sua literatura a partir dessa matéria-prima. A elaboração de uma leitura crítica dos condicionamentos sociais da história se coaduna com uma organização das referências que ultrapassa seu tempo. Mario de Andrade (2002), ao avaliar as fontes machadianas e acusá-lo de atraso, diz que Machado escolheu as piores referências, o humor de tipo inglês. Mario de Andrade não entende que era esse o tipo de humor adequado a uma crítica da elite brasileira, por contraste com sua superfície anunciadora de um homem democrático republicano e suas raízes monárquicas e escravistas. O problema nos parece outro, já que Machado de Assis ao caracterizar suas personagens e seus narradores se conduz pelo jogo entre o particular e o universal, sem hierarquias.

No prefácio à terceira edição de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis anuncia:

Capistrano de Abreu, noticiando a publicação do livro, perguntava: “*As Memórias Póstumas de Brás Cubas* são um romance?” Macedo Soares, em carta que me escreveu por esse tempo, recordava amigamente as Viagens na minha terra. Ao primeiro respondia já o defunto Brás Cubas (como o leitor viu e verá no prólogo dele que vai adiante) que sim e que não, que era romance para uns e não o era para outros. Quanto ao segundo, assim se explicou o finado: “Trata-se de uma obra difusa, na qual eu, Brás Cubas, se adotei a forma livre de um Sterne ou de um Xavier de Maistre, não sei se lhe meti algumas rabugens de pessimismo.” Toda essa gente viajou: Xavier de Maistre à roda do quarto, Garrett na terra dele, Sterne na terra dos outros. De Brás Cubas se pode dizer que viajou à roda da vida.

O que faz do meu Brás Cubas um autor particular é o que ele chama “rabugens de pessimismo”. Há na alma deste livro, por mais risonho que pareça, um sentimento amargo e áspero, que está longe de vir de seus modelos. É taça que pode ter labores de igual escola, mas leva outro vinho. Não digo mais para não entrar na crítica de um defunto, que se pintou a si e a outros, conforme lhe pareceu melhor e mais certo (MACHADO, 2004, 512).

Esse prefácio perfila o desenvolvimento da via que Machado de Assis percorrerá, via que pela sua sinuosidade faz o leitor apurar os sentidos, o que faz da literatura machadiana um alento doloroso ao pensamento. Segundo Rouanet, essa forma é

[...] caracterizada (1) pela presença constante e caprichosa do narrador, ilustrada enfaticamente pelo pronome de primeira pessoa (“eu, Brás Cubas”); (2) pela digressividade e pela fragmentação (obra difusa, não-linear); (3) pelo tratamento especial, fortemente subjetivo, dado ao tempo (os paradoxos da cronologia) e ao espaço (as viagens); e (4) pela interpretação do riso e da melancolia (2007, p. 30).

A grandeza da narrativa machadiana estaria justamente na possibilidade de se dispor a um eterno retorno a sua formulação, a suas referências e a capacidade que esse movimento do narrador tem na condução da leitura. Ao colocar o próprio Brás Cubas como quem costura e é costurado pela sátira, o trabalho a ser erguido pelo leitor, crítico especializado ou não, é feito de um jogo interminável, e foi com essa preocupação, por exemplo, que Roberto Schwarz escreveu *Um mestre na periferia do capitalismo*, dirigindo seu verbo, notoriamente, contra o narrador.

A elasticidade do narrador machadiano, segundo Schwarz (1990), é uma poderosa arma de “pitoresquização” do homem burguês que encontra no Brasil e no mundo pós-iluminista uma apreensão correlata à história do capitalismo. Esse homem elástico, já observado por Sergio Buarque de Holanda (1994), só poderia ser bem

percebido por temas e narradores ao modo machadiano, céticos, irônicos e, até, generosos.

Parte 2 – Pensamento social e representação do *real*: considerações sobre o realismo machadiano

A expressão do real

A noção de representação do real atribuída pelo pensamento social moderno como fundamento das artes para a apreensão e conhecimento mais adequado à realidade produzida por homens e suas determinações foi, em grande parte, responsável pela admissão de uma literatura realista e uma distinção de conhecimentos – sociológicos e literários – que se afirma sobre o real.

A idéia de representação somada à qualidade expressiva da arte fez com que a apreensão da realidade fosse tomada como algo estranho à própria realidade, exigindo da arte o *status* de representante do real. Essa necessidade de ter, na arte, a verdade contida nos fatos representados como tais motivou a chamada “tradição realista” na literatura, para que sua capacidade discursiva se comprovasse como portadora de um conhecimento genuíno sobre a realidade social. Valorizados os pressupostos para o domínio da realidade social tal qual ela se apresenta, ergueu-se uma bandeira na narrativa literária que tinha por função generalizar certas posturas estilísticas e de pontos de vista donas da verdade acerca da realidade, excomungando toda e qualquer arte que não tivesse como fim uma descrição sistemática dos eventos histórico-sociais. Por vezes, isso culminou em obras literárias menores na realização de sua natureza artística. Em alguns casos, nos levou à adoção de um *realismo* que transfigurou a obrigatoriedade descritiva e/ou o abandono da suposta neutralidade do observador.

Como aponta Candido (2000) em *Literatura e sociedade*, a caracterização de um conhecimento social através da obra literária reflete diversos movimentos: a incorporação pela sociedade do valor de realidade da obra artística, a identificação da vida social na obra artística, a proposição de um estado de coisas pela obra artística etc. O tratamento reclamado aos valores que o discurso com validade social encerra carrega consigo formas de aceitação social maior quando, na construção ideológica, a representação de certo nível de objetividade se realiza na apresentação da obra literária. É nesse sentido que a literatura realista toma o rigor científico como procedimento necessário a sua feitura.

Mônica Velloso (1988), em seu artigo “A Literatura como Espelho da Nação”, é orientada pela busca dos fatores sócio-políticos que distinguem quais discursos literários são válidos para a representação de um povo.

Ao longo de nossa história político-intelectual, as mais diferentes correntes de pensamento tenderam a conceituar a literatura enquanto instância portadora e/ou refletora do mundo social. Assim, a produção literária aparecia como reflexo imediato e diretamente condicionado pela ordem social. Raros foram os nossos autores que se rebelaram contra esse paradigma de análise, buscando formas alternativas para pensar a relação literatura-sociedade. Os que tentaram esse caminho foram tachados de alienados, alienígenas, e definitivamente proscritos da legião dos escritores consagrados. Afinal, a grande acusação que sobre eles pesava era séria: desconhecer a nação! (VELLOSO, 1988, p. 01)

Diante disso, a concepção envolvida na noção de literatura de um povo ou, se quisermos, de uma História, é formada pela força da ideologia de representação dessa nação, o que, certamente, implica na redução do conceito de literatura, como lembra Velloso.

Por esse trajeto passa a correspondência imediata entre o espaço social e suas formas, constituídos por uma literatura que seja suficientemente documental e realista para poder dizer sobre a realidade que ela representa. Afasta, assim, a necessidade de uma realidade social que seja formada por âmbitos de realização deslocados do plano da objetividade como apreensão. O cálculo desenvolvido para dotar de legitimidade uma literatura, em acordo com os pressupostos da estilística realista, a faz abandonar seus pressupostos de recriação do real, pois ele próprio é uma invenção dos homens.

Uma distinção freqüente na história do conhecimento foi entre conhecimento objetivo e subjetivo, a ponto de deslocarmos o segundo para a esfera em que ele não mais se realizava como conhecimento. Ao se utilizar dessa distinção para classificar a obra de arte e levá-la na corrente de uma técnica e lógica incrustadas na história do capitalismo, somente um tipo de conhecimento seria suficientemente válido: aquele que respondesse à necessidade determinada de se produzir representações coladas aos formatos sociais correspondentes à indústria. Da mesma maneira que os signos sociais serviriam como um encaixe do modo de vida de uma realidade social, a máquina de lavar roupas serviria para suprir a necessidade da dona de casa moderna. A obra de arte, a literatura, está, portanto, relegada a ter utilidade técnica.

Quando a literatura não se apresenta dentro desses parâmetros de estímulo-resposta que a sociedade espera para conformar suas representações, ela é tratada como conhecimento hierarquicamente menor. É a assunção de rigores científicos que permite à literatura lugar de representação da sociedade (VELLOSO, 1988). Velloso (1988, p.

2), referendada por Paz e Rama, afirma: “Assim, os princípios da abstração, racionalização e sistematização acabaram minimizando a individualidade, a imaginação e a invenção local”. O âmbito da criação literária fica subjugado a construção de representação objetiva da realidade, já que o conhecimento válido é aquele que consegue mostrar a realidade como ela é, bem ao modo do pensamento positivista. Essa fonte positivista está preocupada com um formato de literatura que caiba dentro das pretensões de ordenação do real, se defendendo de certa subversão da obra de arte, pois “a literatura tende freqüentemente a insurgir-se contra este real, apresentando dele uma imagem em que a própria sociedade muitas vezes se recusa a reconhecer-se” (VELLOSO, 1988, p. 2). Velloso se vale do Estado Novo para demonstrar como a ideologia do regime estrutura uma percepção de realidade e de pensamento social válido que atenda aos interesses do projeto nacionalista, antes de qualquer coisa.

“Em lugar de retratar o real, o que ela [a literatura] busca é transfigurá-lo” (VELLOSO, 1988, p. 3). Quando não há um aproveitamento dessa transfiguração, em detrimento da manipulação da arte literária em prol do desenvolvimento do país, sua literatura e seu povo se transformam em uma espécie de aberração. As obras literárias que fogem desses direcionamentos ampliam a questão da significação da realidade social na representação artística. Algumas obras garantem sua grandeza mesmo sendo produzidas no calor da representação de um povo ao responderem com outros artifícios que não os esperados pela dinâmica que os *regimes de fazer* indicam em cada época. É, por exemplo, o caso de Monteiro Lobato no Brasil, fortemente reprimido por sua campanha “o petróleo é nosso!”, e também o de Mario de Andrade com seu *Macunaíma*, não livrando nem mesmo Machado de Assis, que estava preocupado com a universalização dos problemas do homem a partir da relação que situação e personagem enfrentavam na invenção de uma realidade social que extrapolava os eventos¹.

A natureza da literatura é a ficção. Nesse sentido sua armação narrativa tem outros princípios e outras frequências que as levadas a cabo pela ciência social. Essa é uma das preocupações de Sebastião Rios (1993), em seu artigo “As Barricadas: uma leitura de Karl Marx e Victor Hugo”, ao confrontar as percepções produzidas pelo discurso sociológico e pelo discurso literário. O cruzamento dessas leituras não as coloca em lugares privilegiados uma em relação à outra, mas as diferencia quanto à

¹ Velloso (1988) apresenta um embate intenso entre os críticos estadonovistas de Machado, que o acusam de perder-se em situações e não notar a necessidade de um personagem que represente a realidade social.

lógica que ordena sua produção e percebe em que nível se dão suas combinações, não como retratistas do real, mas como produtoras de um real próprio e digno de diálogo com os eventos históricos em questão.

O discurso sociológico e o literário, mesmo apoiados em um mesmo reduto referencial, se apresentam distintos quanto à formação do seu itinerário; no entanto, os dois conferem ao real a parcela que lhes cabe, de acordo com o interesse e a origem em destaque. A isso chamamos ponto de vista e ele é a medida maior de localização da verdade que cada discurso quer se fazer assumir.

Toda forma de representação da realidade, seja ela científica ou artística, é pendente de um pré-conhecimento mais ou menos correto a respeito dessa realidade. O ponto de vista, a perspectiva e a visão de mundo do autor condicionam necessariamente o resultado de suas representações (RIOS, 1993, p. 108).

A qualidade da expressão literária incorpora a sua condição de origem. Em relação a isso, afirma Rios (1993, p. 109): “[...] deixemos claro que a função referencial e a função poética estão imbricadas de maneira indissociável, o que, aliás, é uma característica essencial da arte literária”. Essa tarefa de representação, que cada tipo de discurso e conhecimento assume, carrega junto de si e condiciona para além dele motivações de acordo com a configuração que se estabelece em cada formato de apresentação. Representar o real aqui se trata não de ser simplesmente real ou irreal, pois na criação de sentidos através das mesmas referências, ou mesmo de outras, os tipos de discursos demonstram capacidade indubitável de mover olhares e disposições para com a história que os homens constroem, retirando uma pretensão constante de se chegar à verdade por um modo específico. Evitamos com isso a ditadura da perspectiva única. Rios demonstra em que âmbito as esferas discursivas de cada tipo de produção de representação dialogam com seus mundos, a ficção lendo a história e a história lendo a ficção – Victor Hugo em *Os miseráveis* com seus personagens de espada em punho e à espreita de julgamentos sócio-políticos na Assembléia Constituinte e Marx em *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte* e *A luta de classe na França 1848-1850* junto de Goethe, Shakespeare e Homero para apontar as tensões mais caras a ele e a seu discurso.

Não importa somente se a sintonia com o tempo da crítica se dê pela descrição objetiva ou pelo acompanhamento do drama do personagem; importa que seja feito um percurso de crítica e análise pela obra. É por essa sentença que a investigação

acerca de Hugo e Marx se torna pertinente e também ilustrativa ao identificarmos a tensão científica e discursiva apontada por Machado em seu *O alienista* e em Foucault na sua *História da loucura. A partilha do sensível*², como sugerida por Rancière (2005), não pode ser simplesmente separação. Há na ficção e na ciência um sentido de realidade ou irreabilidade do mundo que faça uma mais verdadeira que outra? Responde Rios:

A prosa literária se distingue da prosa científica especialmente pelas diferentes pretensões de verdade que cada uma tem. Ambas, porém, são testemunhas legítimas da tradição e guardam muita coisa em comum, principalmente o fato de trabalharem com a linguagem escrita. Aquele que sabe ler os textos pertencentes à tradição, sejam eles literários, sociológicos, religiosos, morais, retóricos etc., testemunha e reconstrói o presente que cada passado encerra. O privilégio do monopólio da verdade pleiteado pelo conhecimento metodologicamente articulado é inaceitável (1993, p. 117).

Para Rios, essa tentação de privilégios desconhece o enfrentamento sagaz que os textos clássicos com os quais ele trabalha comprovam. Novamente a respeito da questão do caráter pleiteado por cada tipo de discurso, que Velloso (1988) demonstra na aproximação obrigatória de termos entre a sociologia positivista e a literatura do Estado Novo, afirma Rios (1993, p. 119): “A sociologia busca, geralmente, na literatura, a ilustração da realidade. Uma outra forma de mostrar o que já existe: o famoso *reflexo do real*. Trata-se, antes, de entender o real do reflexo. Porque a obra de arte quase sempre está em desacordo com a realidade”.

Os critérios que cada tipo de discurso e conhecimento produzem não o abstem de escolhas e formatos narrativos que os circunscrevam, mesmo porque cada qual enfrenta um percurso de apresentação; eles não estão, mesmo se quiséssemos, destituídos de rumos. A vinculação entre as narrativas históricas e as literárias, o discurso sociológico e o discurso literário, reserva suas especificidades e não deixa por isso de superar a noção estanque de que essas formas de conhecimento do mundo estejam impedidas de representar o real da vida que inventamos.

Esses jogos de tensões internas e externas ao discurso produzem, na narrativa, responsabilidades de cunho social na representação do *real*, algo que extrapola o sentido de *verdadeiro* da realidade. Percebemos de alguma maneira como um projeto de controle se dá em todos os âmbitos de representação da realidade. A

² Cf. Rancière, 2005. Por partilha, o autor entende “a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões” (p. 7); e por sensível, as formas de visibilidade dos regimes de fazer.

máxima de privilégios socialmente escamoteados em nome de uma racionalidade plena na condução da vida social é atacada criticamente na obra machadiana, na medida em que se torna central desvendar o que é decisivo para certos interesses serem alcançados.

Sebastião Rios, em sua tese de doutorado *Ceticismo e ironia no pensamento social de Machado de Assis* (1998), faz companhia a críticos de linhagem sociológica e literária para observar a relevância da obra machadiana como responsável por uma interpretação aguda da realidade histórica da nação brasileira. Questões da ordem social não aparecem ao acaso na demonstração da formação do caráter de uma mentalidade cultural visualizadas na disposição de personagens em ambientes sociais específicos na compreensão dos fenômenos sociais e sua história. A ficção machadiana não se compromete com uma leitura dos eventos sociais como transposição da realidade, tampouco acredita em uma imaginação ficcional desprendida da figuração dos homens nas circunstâncias de suas ações. “A arte ficcional é tanto uma forma de entretenimento e fruição como uma forma de conhecimento e configuração de sentido do real” (RIOS, 1998, p. 08).

Rios estabelece uma hierarquia para os temas tratados na narrativa machadiana. Pois sabemos que a disposição desses temas se mostra bastante difícil, já que a articulação dos níveis de reflexão na obra machadiana está sempre repleta de combinações – tanto no aparecimento das questões sobre literatura, sobre seus narradores, sobre a crença nas vozes que arrolam valores aos leitores, quanto na dúvida sobre a alma humana e também no envolvimento das questões sociais, não como fundo, mas como um dos fatores da constituição do seu sujeito-personagem.

Essa característica coloca as condições críticas expressas por Machado de Assis como tarefa irrenunciável à ciência social, ao legar chaves interpretativas que ultrapassam limites que definem ciência e arte literária, mesmo cada uma tendo seu *corpus* de procedimentos. É necessário esclarecer essa perspectiva.

Nós estamos considerando a narrativa machadiana – e a arte literária em geral – como uma forma de conhecimento válida. No entanto, considerar a arte no mesmo patamar da ciência no que diz respeito à sua pretensão de verdade não implica desconsiderar as diferenças entre essas formas de conhecimento. A literatura tem em comum com a ciência o fato de criar um mundo unitário, organizado e necessário. A partir de suas situações-síntese a literatura é capaz de fazer eclodir sua verdade. O impacto que ela causa no leitor descortina uma nova visão da realidade, o que equivale dizer: revela uma nova realidade. Contudo, a literatura prescinde da demonstração discursiva, da articulação lógica dos juízos, da organização formal-conceitual e da

referência material à realidade – excetuados os casos em que é visada a transcrição linear do real, tido por imediatamente evidente. A arte literária não é propriamente uma operação do “logos”. Ela é reflexiva, mas não é, na essência, o resultado de um processo conceitual. Evidentemente ela é uma construção racional, mas sua essência não é discutir, é revelar, captar a realidade e criar realidades (RIOS, 1998, p. 10).

A questão do nivelamento entre ciência e literatura³ não está posta, na medida em que tanto uma quanto outra representam elevações do entendimento da realidade, são frutos da produção de sentido que conduz a expressão e apreensão da vida social, cada uma ao seu modo e com seus propósitos. Para nós, a capacidade reveladora da literatura e sua singularidade demonstrativa é que a faz relevante nos modos de captação-investigação e posição no mundo, que é onde está inserida nossa reflexão. O que não exclui e está inteiramente conectado com os caminhos que percorrem a construção de significados dos textos e seus discursos. Há, portanto, um espaço de embate da razão como possibilidade de apreensão através da representação.

As ideias de Machado ou ocorrências do nacional na universalidade machadiana

As considerações anteriores nos servem como sustentação para verticalizar alguns aspectos que estão no debate sobre o enfrentamento entre a realidade social brasileira, a noção do nacional/local, e a fisionomia do universal na expressão machadiana. Os modos de apresentação desse debate passam pela formação de uma ideia de representação, pela importância da situação histórica, pelo diálogo com outras tradições e, também, pelo que se entende como extrapolamento do que tomamos como referência imediata.

Há na tradição crítica acerca da obra machadiana e do que ela nos legou como entendimento artístico destaques acerca dos critérios mais relevantes para a compreensão da figura que Machado de Assis e sua obra em si representam. Saber o quanto há de romantismo, de realismo, de localismo, de estrangeirismo, de universalismo, de psiquismo, de política, de gênio, de bruxo, de conservador, de subversor, enfim, de uma miríade de denominações, tem sido objeto constante de investigação. É nosso interesse dialogar com essa tradição, o quanto possível, a partir, fundamentalmente, dos elementos de Machado que emergem do seu próprio texto. Para

³ Sobre a relação entre literatura e verdade conferir o artigo “*O alienista: loucura, poder e ciência*”, de Roberto Gomes (1994).

isso nos apoiaremos em um ensaio seu: “Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade”, datado de março de 1873, veiculado em uma publicação chamada *O Novo Mundo*, editada em Nova Iorque. O contexto da publicação é significativo, pois nada mais pertinente para a discussão sobre o caráter nacional de uma literatura do que apresentá-la a um estrangeiro, também ele integrante de um novo mundo. A preocupação com a formação da modernidade brasileira remonta aos debates em que Machado e seus contemporâneos se empenharam. Como um procedimento histórico, a vida social fica em voga quando se dedica aos marcos de definição de nossa identidade. Já no começo do ensaio há essa referência. Ela vai ser permeada pela afirmação de uma nova metáfora, a de *instinto de nacionalidade*, discussão amplamente tratada pelo crítico português Abel Barros Baptista (2003b) em seu *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*, ao dedicar a primeira parte do seu estudo ao referido ensaio, bastante citado, mas pouco estudado, ao menos sistematicamente, pela crítica machadiana.

A atuação crítica do próprio Machado nos permite indicar alguns caminhos para a compreensão de suas idéias e de como o escritor leva a cabo sua visão de mundo. A construção dessa visão de mundo está associada a um direcionamento a respeito do que se passava e de como a situação daquela atualidade histórica fazia valer motivações cruciais para a afetação da vida social como um todo, e, principalmente, da vida artística moderna que estava se configurando. A busca por uma responsabilização maior dos destinos dessa vida artística moderna nacional é acompanhada, por lhe ser integrada, ao forte desejo dessa afirmação. Há, apesar do teor crítico, uma esperança galante, austera, porém contida, nas formulações machadianas em relação ao destino da literatura brasileira. Se lido atentamente, percebemos que Machado começa o ensaio com o delineamento desse projeto. Vejamos:

Quem examina a actual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as fórmulas litterarias do pensamento buscam vestir-se com as cores do paiz, e não há negar que semelhante preocupação é symptona de vitalidade e abono de futuro (MACHADO, 1938, p. 133).

Portanto, a convicção em relação ao futuro forma, necessariamente, um campo de leitura sobre nossos parâmetros e modelos, se assim pode ser dito. Contamos com a constituição de um espaço discursivo acerca dos limites definidores da identidade

literária, que receberá destaque no texto crítico de Machado, mas não como considerações efetivas sobre seus temas e assertivas, e sim como uma avaliação a ser feita da cultura nacional e seu diálogo com o que ultrapassa as épocas. A afirmação de Machado a respeito do *instincto de nacionalidade*, que se configuraria como um *symptoma de vitalidade*, conduz a um risco fundante na análise das idéias machadianas, que, nesse sentido, nos serve para pensar o escritor como um formador de idéias, ao produzir sistematicamente um núcleo reflexivo peculiar, o que talvez faça, inclusive, Machado ser ainda tão estudado e possibilitar, como uma espécie de intelectual⁴, alguns parâmetros analíticos; porém, esses condicionamentos só podem ser vistos na esfera em que ele se entendia e se realizava como um sujeito reflexivo, em que se colocava na posição de um escritor, ou melhor, na posição de alguém que pensa os destinos da cultura e atua sobre eles. No que se refere ao risco antevisto, é interessante notar a maneira como ele se vincula ao problema sobre o nacional. A princípio, parece haver uma ode à sua peculiaridade, não sustentada ao longo do ensaio, o qual segue primordialmente com uma modulação das peculiaridades como interesses da nossa cultura e do que nos estimula a produzir expressão artística, mais até, do que nos motiva no deslocamento desses planos; por isso, é relevante estar a par do debate sobre Machado.

Os passos dados por Machado de Assis, nesse ensaio, nos ajudam a vislumbrar algumas questões orientadoras para a cultura brasileira. Exatamente porque coloca o problema medido e feito em outras diretrizes que as até então vigentes. Pode parecer estranho ou mesmo injusto situar, nesse momento, o nascimento sistemático da cultura nacional como a conhecemos hoje, não afirmando os demais; mas engrandecemos a leitura na medida em que localizamos o espaço de afirmação dos discursos nos instantes elevados de suas expressões mais robustas. É cara ao nosso trabalho a ideia de Machado como singular, mas não simplesmente como o único. Ao conformar conexões novas, só possíveis em função das novidades da nossa modernidade, Machado indica caminhos que ele próprio percorrerá, mas que tampouco saberemos de imediato, e isso pode ser visto no cabedal crítico sobre sua obra. É também interessante ressaltar que o ensaio em pauta é anterior à maior parte de suas obras tidas como referência para a interpretação da nação, da vida artística, da sua

⁴ As considerações de Gramsci (1995) em relação ao lugar de disputa ideológica formulado entre intelectuais *orgânicos* e *tradicionais* pode ser interessante para a investigação das definições postuladas no debate sobre Machado de Assis.

peculiaridade expressiva. A medida calculada por Machado problematiza traços da cultura que estavam a ser pensados, o que traz implicações profundas às nossas tentativas expressivas. É feita, também, pelo elemento político a reordenação dos planos reflexivos.

Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão alli farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem sete de Setembro nem canto do Ypiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ella até perfazel-a de todo (MACHADO, 1938, p. 134).

Nesse trecho se condensam grandes expectativas em relação ao debate que se anuncia: a fonte, a fisionomia própria, o processo de formulação de um pensamento nacional, os investimentos políticos, a noção de história que daí se retira. Em 1879 Machado publica outro ensaio, sob o título de “A Nova Geração”, que de algum modo avalia as conseqüências do que se fez como resposta ao projeto romântico, afirmando um entendimento sobre o naturalismo/realismo pensado de maneira ácida e elegante pela pena de Machado. Ao ter noção de onde se empreende o projeto e a atuação da expressão machadiana, é possível verificar como os problemas da nossa cultura vão se encaixando em seu esforço intelectual, a partir tanto de sua ficção como de sua obra crítica, ou melhor, a situação gerada por suas interferências no plano expressivo, modificando a produção daqueles que estavam com ele em debate e, principalmente, pelo seu próprio legado, do que ele parecia ter grande consciência.

Coloca-se no horizonte de preocupação, ainda no começo do ensaio de 1873, como haveria de se pensar e de se firmar uma soberania da nacionalidade, como um caminho da história e da cultura. Não é nada estranho perceber uma matriz epistemológica alemã, que reflete numerosamente o enfrentamento com o processo histórico e seus modos de definição e apreensão, determinantes para a resolução filosófica que se aponta, percebida, por exemplo, no pensamento de Schopenhauer, que sabidamente é fonte machadiana⁵, em confronto com a filosofia hegeliana nas destinações racionais sobre a cultura.

A extensão do problema da independência política – situação histórica relacionada ao modo de lidarmos com uma cultura imprecisa e um tanto quanto fictícia

⁵ Cf. *A biblioteca de Machado de Assis*, organizada por José Luiz Jobim, de grande relevância para a localização da obras de sustentação das referências do universo de erudição machadiano.

–, repercutida na consolidação dos marcos presentes da história política das nossas idéias, é postulada nesse trecho inicial, o que nos dá outra monta de manifestações conformadoras das interpretações sobre o Brasil. Atento aos campos em confrontação, Machado vai aqui abrir um direcionamento que se percebe na crítica ao falseamento da consolidação das ideias, fundamentalmente quando tomadas de modo imperativo por seus representantes, e que se revelam pouco sólidas, porque pouco dialogáveis. Isso quer dizer exatamente de onde e como recebemos essas ideias. Nesse sentido, até mesmo a indefinição é objeto central para o entendimento de nossa cultura e da cultura como fenômeno humano. A certificação de uma espécie de regra opinativa, naqueles que formam e representam a cultura, cria nossa especificidade. Por isso Machado aponta um déficit: “Sente-se aquelle instincto até nas manifestações de opinião, aliás mal formada, ainda, restricta em extremo, pouco solicita, e ainda menos apaixonada nestas questões de poesia e litteratura” (MACHADO, 1938, p. 134). Algo quase da natureza da opinião, como sabemos desde os gregos pela distinção entre *doxa* e *episteme*, e depois retomadas por Machado (2002) em sua “Teoria do Medalhão”, conto exemplar acerca do formato a que se submetem os espíritos oportunistas, aprendizes, da adequação interessada para benéfico próprio.

É como se nossa brasilidade sofresse de um mal. Porque não dialoga, porque não busca. E é aqui que começa o reconhecimento de um embate imprescindível sobre as *cores do país* como fundamento da cultura nacional. O afastamento de Machado em relação aos modelos de indicação do nacional não é só de tom, mas de perspectiva, de apontamento, o que faculta ao discurso uma desmontagem da estrutura apriorística. Afirma Machado (1938, p. 134) sobre a opinião: “Ha nella um instincto que leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais”. Não há, portanto, reflexão ou criação, mas opiniões que se certificam de certos pontos e os laureiam, como defasagem para um entendimento total⁶. Nesse sentido, Machado de Assis vai refazendo o percurso para imputar uma nova responsabilidade sobre o espírito da cultura. Aponta equívocos e os reavalia quando esses exigem da Arcardia uma brasilidade.

⁶ Caberiam algumas notas e discussões a respeito da validade e força da tradição estética marxista, encontrada em Lukács e em outros, quanto ao debate sobre o encontro da situação histórica com obra artística total, o que permitiria reaver sua ambição mimética. Como não é essa nossa preocupação neste momento, deixamos como aceno para interesses futuros.

Não me parece, todavia, justa a censura aos nossos poetas coloniais, iscados daquele mal; nem igualmente justa a de não haverem trabalhado para independência litteraria, quando a independência politica jazia ainda no ventre do futuro, e, mais que tudo, quando entre metrópole e a colônia criara a historia a homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação (MACHADO, 1938, p. 135).

Imediatamente depois, Machado situa esse universo de problemas no *quantum* de condições históricas para nossa formação cultural. “Reconhecido o instinto de nacionalidade que se manifesta nas obras destes últimos tempos, conviria examinar se possuímos todas as condições e motivos historicos de uma nacionalidade litteraria [...]” (MACHADO, 1938, p. 135). Se esse ponto não é pacífico – e quanto a isso temos certeza –, a questão é pensar como, a partir daí, se tornam possíveis, nessa medida e empreendido o debate, o desvencilhamento de uma pequenez das formas e dos temas, consubstanciando o futuro no pensamento, na vida artística. Nesse momento Machado esclarece a tarefa que ele se impõe na circunstância do ensaio: “Meu principal objecto é attestar o facto atual; ora o facto é o instinto que fallei, o geral desejo de criar uma litteratura intependente” (1938, p. 135). Por si só, esse aspecto já nos permitira antever traços de seu programa literário. A *literatura independente*, como desejo que se firmaria para um plano de enriquecimento da compreensão, não seria reduzida aos toques nacionais, tampouco feita de modelos importados. Pensar com uma exatidão maior a totalidade do tempo é exatamente percorrer esse desejo que consegue estar para além de si, como uma outra metafísica. O diálogo com Schopenhauer e sua *vontade de representação*, com Nietzsche e sua *vontade de potência* e, por agora, com Foucault e sua *vontade de verdade* interessa amplamente como uma rede de apontamentos na fundamentação da sociologia da literatura em seu projeto de intersecção dos caminhos; porém, entendemos esse lugar firmando seus traços, em uma luta, como a imagem a que Machado parece recorrer frequentemente em sua obra literária.

A busca pelo estabelecimento da origem de nossa cultura marca o romantismo e, inevitavelmente, a literatura brasileira, em função disso é também inevitável recorrer à épica brasileira para poder pensar a situação da cultura e de seu destino. Machado, no ensaio de 1873, mostra como Gonçalves Dias e outros reacendem essa mitologia. Não é nosso interesse rever minuciosamente esses casos emblemáticos e definidores, mas é ao considerar o elemento indianista que a saída começa a ser formulada, principalmente pela condição formal que a expressão artística representa. E nesse sentido Machado renega os extremos.

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem d'elle recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribus vencidas os titulos de nossa personalidade litteraria. Mas, se isto é verdade, não é menos certo que tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do bello ou os elementos de que elle se compõe (MACHADO, 1938, p. 136).

Enquanto formulação do humano, os temas e sua apreensão devem constituir uma condição do fazer artístico, conformando na cultura uma força de atuação do espírito; por isso, o problema parece ser bem outro. “[...] não é licito arredar o elemento indiano da nossa applicação intellectual. Erro seria constituil-o um exclusivo patrimonio da litteratura brasileira; erro igual fora certamente sua absoluta exclusão” (MACHADO, 1938, p. 137). Seria possível avançar nas leis da arte, da história, da vida social, do pensamento, ao extrapolar essas restrições através da imaginação. O elogio que José de Alencar recebe nessa *notícia* refere-se exatamente a uma singularidade encontrada na criação de uma situação expressiva.

A aplicação desse trajeto fica a cargo de se pensar o nacional e o universal, questão tratada pela tradição crítica machadiana e que adiante será exposta com mais vigor.

Esses apontamentos parecem já nos indicar caminhos interpretativos relevantes. Roberto Schwarz (2009), no artigo “Martinha VS. Lucrecia”, coloca em confronto a noção de *local* e de *universal* a serviço dessa reflexão. Ele escolhe a crônica “O punhal de Martinha” de Machado de Assis, em que o escritor pontua dois acontecimentos da história: um sobre Lucrecia, outro sobre Martinha, ambos envolvendo tais personagens e os seus punhais. Lucrecia é figura de interesse *maior* por ser personagem da *História romana* de Tito Lívio, onde se narram mitologias e documentos da formação romana, em que Lucrecia se mata com o referido punhal. Já a história de Martinha, que destina seu punhal a João Limeira por sua persistência inoportuna, é noticiada em um jornal do interior da Bahia. A partir dessa situação, Schwarz abre espaço para o interesse ou não dos leitores estrangeiros de Machado pela história brasileira. Ao encaminhar o questionamento do crítico Micheal Wood – se importa saber ou querer saber do Brasil para gostar de Machado –, o qual já é uma questão comum na atualidade, Schwarz o transforma em um ponto que agrega outra compreensão, que aqui nos parece próxima ou, mesmo, mais fiel ao espírito criativo da

crítica, demonstrando sua filiação profunda ao pensamento de Antonio Candido. Afirmo que

[...] o leitor cativado pela ficção machadiana, mas desinteressado do Brasil – da experiência histórica chamada Brasil –, talvez não seja uma figura inteiramente real, embora verossímil. Sua falta de apetite para as particularidades do país pode não ser tão verdadeira quanto parece, uma vez que as notícias relevantes no caso estão tramadas na ficção e têm parte no interesse que ela desperta. Espero não ser especioso dizendo que o leitor imaginado ou registrado por Wood se interessa pelo Brasil sem o saber (2009, p. 19).

A partir dessa diretriz é possível colocar em pauta o que faz efetivamente a expressão artística ser significativa ou não. Os passos dados até aqui facilitam o encaixe produtivo da tessitura da qualidade artística, nesse caso, nacional.

Seria até ofensivo tratar o elemento *local* como irrelevante para uma melhor leitura de Machado. Não simplesmente porque ele é um escritor brasileiro, nascido aqui, vivido nos embates culturais e políticos, nos ideais da nação; mesmo já sendo pressuposto, o que engrandece a discussão é o que se faz com esse “manancial”. Do contrário, ele não seria objeto de questionamento para o próprio Machado que, ademais e principalmente, o entende como avalista do processo criador ou de imaginação sobre a vida. O debate quanto às referências imediatas ou não e as considerações se dão em tom e em procedimento pouco absolutizante, pois lapidam os problemas. A não aceitação dos pressupostos é um recurso para os apontamentos, o que Machado leva a cabo no seu ensaio de 1873. Ele chama de errônea a opinião “que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assumpto local, doutrina que, a ser exacta, limitaria muito os cabedões da nossa literatura” (1938, p. 138). Enquanto o argumento é desenvolvido vamos sendo amparados pelos exemplos literários que marcam o projeto.

Não ha duvida que uma litteratura, sobretudo uma litteratura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assumptos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escriptor, antes de tudo, é certo sentimento intimo, que torne o homem de seu tempo e do seu paiz, ainda quando se trate de assumptos remotos no tempo e no espaço (p. 139-140).

A apresentação se dá em duas frentes que por fim acabam sendo uma só, com a literatura extrapolando o nacional ao expressar exatamente a internalização afortunada⁷ do que lhe é profundo. A negação à pobreza frutifica o debate, já que intervém sobre a construção dos limites de sustentação da nossa expressividade. “Machado irá reivindicar a heterogeneidade através do argumento de riqueza ou da necessidade de prevenir a pobreza. Aqui, o sentido da sua argumentação, no fundamental, já passa pela recusa de uma tradição literária homogênea” (BAPTISTA, 2003b, p. 71). Essa é uma condição para o que se pensa sobre arte contemporânea, permitindo à nossa análise vislumbrar em Machado uma quantidade de razões para a afirmação de uma peculiaridade não só em sua época, mas a constituição de um pensamento que arremata dimensões da vida que ainda hoje tentam resistir à provocação.

O programa é moderno. Inclusive no que incide sobre os impedimentos desse projeto de nacionalidade que está se delineando em seu ensaio. Antes de passar para as formas *romance*, *teatro*, *poesia* e questões sobre a *língua*, há a exposição de uma falta que estaria condicionada ao acanhamento dos limites do pensamento criador: a crítica. Ao tentar traçar esses pontos, Machado afirma:

Estes e outros pontos cumpria á critica estebelecel-os, se tivessem uma critica doutrinaria, ampla, elevada, correspondente ao que Ella é em outros paizes. Não a temos. [...] A falta de uma critica assim é um dos maiores males de que padece a nossa litteratura; é mister que a analyse⁸ corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e de historia se investiguem, que as bellezas se estudem, que os senões se apontem, que o gosto se apure e eduque, para que a litteratura saia mais forte e viçosa, e se desenvolva e caminhe aos altos destinos que a esperam (MACHADO, 1938, p. 140).

Os apontamentos intelectuais traçados aqui reforçam nosso entendimento de que há um interesse responsável pelos destinos que empreendemos como nação. Uma nacionalidade total. E é também nesse ideário que podemos identificar um tipo de conservadorismo, extremamente justificável naquele momento, pois formador de um espaço de dinamização do pensamento social estetizante, mas que nos tempos de agora ficariam a cargo de “vigilantes da arte”, um tipo de distorção que a crítica não cessou de fazer com relação à sua natureza. Machado (1938), no ensaio homônimo sobre *O Primo*

⁷ Esse termo nos lembra o famoso texto de Afrânio Coutinho, *A tradição afortunada*.

⁸ É interessante notar os usos feitos do termo *análise* por Machado no artigo, marcando o lugar para a crítica que anima a expressão artística, inclusive através da sua capacidade reparadora, como também outro uso, relacionado ao acompanhamento, executado pelo escritor, dos elementos internos definidores para a feitura e entendimento das relações que obra literária encerra, pontuando suas configurações.

Basílio de Eça de Queiroz, coloca em prática a *animação* que ele reclama, pois ao mostrar deslizes e um empobrecimento expressivo a que se serve o romance, o escritor brasileiro destila uma força que constrange a figuração inocente do realismo enquanto escola. Fazer crítica, portanto, não é uma tarefa fácil. Por isso a reclamação situa outro espaço para a arte.

Acabam por serem compatíveis na análise os destaques que flexionam o lugar da criação. Ao investigar a invenção do romance como forma tipicamente moderna, nos vemos numa situação que nos faria respirar um ar de dilema. Nossa pouca habilidade crítica e reflexiva abre outro caminho.

Não faltam a alguns de nossos romancistas qualidades de observação e de analyse, e um estrangeiro não familiar com os nossos costumes achará muita página instructiva. De romance puramente de analyse, raríssimo exemplar temos, ou porque a nossa índole não nos chame para ahi, ou porque seja esta casta de obras ainda incompativel com a nossa adolescencia litteraria (1938, p.142).

É nesse sentido que as questões formais da expressão artística integram-se aos tópicos de configuração da mentalidade social. As manifestações com que se ocupa o romance nacional nos legam a demonstração de nossas fontes, vistas aqui como uma redução quando não estão a serviço de uma empresa criadora. Os recursos que veiculam essas notas procuram impactos que não se realizam. É o que Machado afirma quando das páginas que solidificam a *descrição* na sua feitura. “Ha boas paginas, como digo, e creio até que um grande amor a este recurso da descrição, excellente, sem duvida, mas (como dizem os mestres) de mediano effeito, se não avultam no escriptor outras qualidades essenciaes” (1938, p.143). O acompanhamento dessa problemática por parte daqueles ocupados em pensar a vida social torna necessário imprimir o cruzamento de uma perspectiva de análise moldada na fisionomia da estrutura que alcança seus participantes. É interessante perceber a demarcação da inserção do leitor como complementação desse plano⁹.

A assimilação e os reparos em relação aos modelos de escritura se inscrevem no condensado jogo em que Machado está envolvido. O entendimento da sua noção de *análise* corresponde ao preenchimento de uma fresta aberta pela estrutura, sua descrição, a criação de situações, o comentário delas, o ponto de vista em que eles se

⁹ A respeito desse debate o texto “Narrar ou descrever”, de Georg Lukács, é contribuição notória sobre como o narrar garante a produção de situações enquanto o descrever está a serviço de uma conformação social, inclusive das formas.

encerram, a reflexividade imposta àquele em contato com o texto e com a realidade, deixando, portanto, um lastro para a atuação de suas personagens, seus narradores, suas mitologias e conclusões, percebidas ao longo de sua trajetória ficcional. O realismo radicado nesses moldes parece ser fruto dessa noção de *análise*. Seu impulso crítico fomenta a expansão daquilo que se entende como suficiente, inflamando no campo criativo uma fuga ao já circunscrito. O tratamento vai se tornando mais delicado.

Pelo que respeita á analyse de paixões e caracteres são muito menos communs os exemplos que podem satisfazer á critica; alguns ha, porém, de merecimento incontestavel. Esta é, na verdade, uma das partes mais difficeis do romance, e ao mesmo tempo das mais superiores. Naturalmente exige da parte do escriptor dotes não vulgares de observação, que, ainda em litteratura mais adiantada, não andam a rodo nem são a partilha de maior numero (1938, p. 143).

O raro êxito conseguido com os procedimentos de *análise* parece indicar alguma coisa. Não é a busca pelo gênio, nem uma elitização suprema, na medida em que suas ideias vão ser colocadas à prova em sua própria literatura, ao transformar os acontecimentos discursivos em emblemáticos episódios da nação, como um depositário vivo de perturbações, frequentemente percorridos pela crítica de cunho mais historiográfico. Obviamente a questão do realismo ainda não está dada por Machado, apesar de já apontada em suas motivações, fazendo da aproximação investigativa uma proposta.

Massaud Moisés (2001), em um artigo sobre o realismo em Machado, sob o título de “Machado de Assis e a estética realista”, encontra em um *realismo interior*¹⁰ a chave para a compreensão do que está sob a égide daquilo que a obra machadiana informa. No seu clássico “O microrealismo de Machado de Assis”, Eugenio Gomes percorre exemplos nas obras da dita 2ª fase machadiana dessa feição psicológica dada por efeito da *hipérbole por excesso* e da *hipérbole por diminuição*, noção retirada da pregação de Padre Antonio Vieira e que configura a sede de Machado pelas *coisas miúdas*, como um recurso mesmo de análise daquilo que está por trás da superfície, o que garante a força moral da confecção dos problemas na arte de Machado, interesse apontado pelo artigo de Astrojildo Pereira, “Instinto e consciência de nacionalidade”, ao começar suas considerações sobre os destinos do povo pela situação gerada a partir da deflagração da abolição do tráfico negreiro no Brasil.

¹⁰ Nesse mesmo texto Massaud Moisés recorre à Bergson para localização da força da idéia de instinto, que encontra identidades no interior das coisas, noção também utilizada por Abel Barros Baptista em seu já citado *A formação do nome*.

Em decorrência dos aspectos ressaltados, além do programa nacional que tudo apreende, há a consolidação de indicativos ao entendimento sinuoso dos limites da expressão artística, que faça dessa experiência uma conversa sem exageros “porque o sublime é simples” (MACHADO, 1938, p. 148) e seu jogo de referências são orientações para a conduta circunscrita à tentação de totalidade da obra literária, o que já é extremamente válido e tido até como regra, a não ser para aqueles que fazem das regras outras, mas esses são poucos e, segundo Machado (1938, p. 149), “é porque se chamam Shakespeare, Dante, Goethe, Camões”. Certos traços irônicos – uso constante e genioso em sua obra – serão dados aqui como o reconhecimento do espaço reduzido que os homens têm em relação à história, por isso uma necessária visualização da situação que nos motiva. Por vezes pueril; humana. O entendimento do tipo de figuração buscada pela expressão artística deve estar a par dos laços construídos pelo pensamento que formam uma concepção sobre a relação entre homem e arte, objeto de materialidade da crítica machadiana.

A movimentação da pena e da figura de Machado estará a serviço de uma maioria guardiã do *abono de futuro* anunciado no começo de suas *notícias*. A liberdade do pensamento garante visibilidade na reivindicação de uma conexão do homem com o seu tempo, dialogando com uma tradição de cunho inventivo. Só o homem consciente de seu tempo pode tocar o sublime, mesmo e unicamente, em seu mínimo. “Ha intenção de igualar as criações do espírito com as da matéria, como se ellas fossem neste caso conciliaveis. Faça muito embora um homem a volta do mundo em oitenta dias; para uma obra prima do espírito são precisos alguns mais” (MACHADO, 1938, p. 153). Machado confere ao discurso de riqueza o reconhecimento da imaginação que é traçada pelo conhecimento das regras que lhes dão força.

No momento de seu ensaio em que as considerações sobre a *língua* formam um entendimento sobre a nação e sua potencialidade, há uma tentativa em resguardar suas garantias na movimentação que compõe a expressão artística e sua apreensão pelos que se dedicam como apreciadores e como formadores de um pensamento sobre a sociedade. É nesse sentido que a *língua* acaba por ser a matriz da nação e Machado se preocupa profundamente com a comunicação que se processa por meio dela. Sua consciência sobre a *língua* preserva nessa crítica a movimentação e a manipulação de seus destinos, substancial para o desenho da nação na sua modernidade em definição. “Não ha duvida que as línguas se augmentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes” (MACHADO, 1938, p. 152). As intervenções que a língua sofre,

seus percursos, trajetos e terminações, ficam a cargo do povo que a pratica. “A este respeito a influencia do povo é decisiva” (MACHADO, 1938, p. 152). O andamento dessas inovações representa mais um espaço de disputa pelos limites de determinação da cultura. Machado tem demonstrado que tipo de ocupação ele entende como necessária ao projeto ampliado, mas também circunscrito de nação. Vejamos uma passagem indicativa:

Ha, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estylo e ganham direito de cidade. [...] Mas se isto é um facto incontestável, se é verdadeiro o principio que delle se deduz, não me parece acceitavel a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquellas que destroem as leis da syntaxe e a essencial pureza do idioma. A influencia popular tem um limite; e o escriptor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrario, elle exerce também uma grande parte de influencia a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão (MACHADO, 1938, p. 152 – 153).

A visão do escritor como aquele que abre caminho, por ter visto atrás de si e também adiante, resulta, inclusive, no lugar que Machado consolida já em seu tempo, para a literatura brasileira, fazendo da fundação da Academia Brasileira de Letras uma espécie de garantia da cultura sabedora de si. O problema, além de vincular-se à crítica, está antes na conta que se faz do mal para a cultura que é a não leitura no geral e, fundamentalmente, dos clássicos. Essas caracterizações ditam um conjunto de situações criadoras de caminhos, feito através de Machado e de tantos outros.

O amparo que traz os fundamentos do nacional para a exposição do humano não se exige a partir de interpretações determinantes, senão não perceberíamos o jogo entre referências e suas transformações. Schwarz, no artigo a que nos referimos acima, reconhece o poder das representações discursivas como *pátria, nação, Brasil*, como *presenças ausentes*, o que confere ao universo machadiano uma singularidade definidora das lacunas imperativas em relação aos parâmetros das artes e do pensamento social que nos respalda e incentiva. A combinação entre os elementos de interesse para a formação de uma cultura livre, enquanto entendimento direcionado à criação de problemas em função das lacunas, é o que potencializa a capacidade mimética na

empresa machadiana¹¹. É um impasse que ajuda na compreensão da obra de Machado e das questões modernas universais e também afeitas à brasilidade.

Existe um diálogo quanto às questões que se fazem na atualidade das vertentes críticas que pensam a obra de Machado.

[...] para Machado – que inventava a situação narrativa –, o trio formado por a) a região relegada do universo; b) o repertório clássico que desmerece as realidades locais; e c) o cronista culto, portador de um despeito histórico-mundial, é ele próprio a solução: uma vez articulada no jogo literário, essa verdadeira célula social-histórica imprime à cena algumas linhas inconfessadas de atualidade (SCHWARZ, 2009, p. 27).

No caso analisado por Schwarz há um constrangimento formal e interessado quando Machado usa uma linguagem empolada, dando sentido aos seus anseios sobre a língua e os escritores, por estarem cientes e sendo responsáveis por situações-problemas, que parecem desnivelar o texto, mas que o levam à outra dimensão. Aqui há uma história consciente. O seguimento dessas alterações sabedoras de si nos faz ver o projeto literário a que Machado se submete, esclarecendo suas contradições no seu fazer artístico, aproximando suas considerações ao que se espera a partir do século XX dos intelectuais interessados pela cultura.

Em suma, universalismo e localismo são ideologias ou chavões ou timbres, de que Machado se vale como pré-fabricados passíveis de uso satírico. A parafernália da retórica e do Humanismo, universal por excelência, lhe serve, desde que faça figura imprópria, nada universal, com cacoetes de classe historicamente marcados (SCHWARZ, 2009, p. 29).

As observações dos formatos, dos temas e dos usos feitos a partir das fontes, ganham contornos mais explícitos quando da atuação da crítica. Por isso a leitura de Schwarz é valiosa no enfrentamento da relação direta que Machado estabelece com a realidade cultural que produzimos e nos impomos como idéias para o futuro. Recalcular – para usarmos um termo que desnivela as ideias – a sociologia da literatura e a apreensão da obra no geral, e da machadiana em particular, força nossos limites interpretativos. “As ressonâncias não programadas dos registros universalista e localista

¹¹ Leopoldo Waizbort (2007) trata frequentemente disso que ele chama de fraturas da realidade e das formas literárias que a constituem em seu *A passagem do três ao um* – trabalho rico para os trajetos e questões realistas na obra e na tradição crítica machadiana.

são o que eles têm de mais verdadeiro” (SCHWARZ, 2009, p. 29). Podemos reparar aqui uma postura que resulta desse debate sobre os desdobramentos do realismo machadiano.

O componente essencialmente mimético encontra-se não somente na representação do real, como também nas lacunas que ele deixa entrever no quadro atual de cada época, fazendo disso um tipo de incongruência necessária para a produção de um efeito criativo no leitor. A obra machadiana é repleta desses exemplos¹². Esse tipo de anacronismo recorrente causa um estranhamento rico em preenchimentos interpretativos. Um destoar interessado no seu tempo computa ao plano exposto uma condição fecunda. A experiência da leitura torna a realidade reformada em outras dimensões, expandindo o real e reafirmando nossa relação com ele.

Enquanto Schwarz dá um passo adiante nas resoluções sobre a nacionalidade de Machado, Abel Barros Baptista destina um esforço para o deslocamento desse problema. É interessante como esses caminhos quebram, continuam, ampliam o problema. O suposto diálogo que nos interessa entre esses percursos críticos formula saídas aos impasses para se pensar a nação. O crítico português tenta distanciar a realidade imediata exatamente como uma maneira de completar a universalidade de Machado. Schwarz talvez dissesse que isso não é necessário. Baptista reconhece as fontes que se encaminham em Machado, algo que inclusive lhe motivou a escrita de outro livro¹³; seu destaque conforma uma expectativa interpretativa vinculada à noção de um Machado enquanto figura heterogênea. Nossa tentativa é em ressaltar os planos dessa definição.

O assunto de Machado, o problema em que incide o seu esclarecimento, é a construção da literatura brasileira encarada fora de qualquer referência a um Brasil que dela fosse fundamento e a garantia de novidade, de originalidade, enfim, de nacionalidade. E a respeito dos “precursores”, vemos que o esforço principal vai no sentido de sublinhar a novidade radical do projeto nacional, desse “geral desejo de criar uma literatura mais independente”, com duas conseqüências decisivas: os precursores são uma criação do presente, resultado da projeção no passado de um problema que não existia antes do projeto nacional; não existe qualquer critério seguro para delimitar uma tradição literária brasileira antes do projeto que estipula a necessidade dessa tradição. Assim, tendo em conta que não parte da afirmação da novidade radical do “instinto de nacionalidade” para a

¹² Não é de nosso interesse neste momento a análise particular de algum momento da obra de Machado de Assis, podendo ser objeto de uma especificidade no estudo que nos prejudicaria na afirmação dos diálogos já disponíveis por agora.

¹³ Cf. Baptista, Abel Barros. *Autobiografias* (2003a).

rejeição de toda a literatura do período colonial, a posição de Machado é precisamente a contrária, e é isso que o move: em nome de uma assimilação mais rica, combater rejeições fundadas em critérios inadequados (BAPTISTA, 2003, p. 71).

Faz sentido reter desse trecho toda uma orientação para o afastamento das situações que emergiram dessa relação de Machado com a história da cultura.

A aparente desarmonia da crítica ou a harmonia estetizada da obra machadiana acompanha o legado que o torna grandioso: repõe as estratégias de constrangimentos no jogo de fidelidade supostamente desencontrada da realidade. Machado de Assis destrona a realidade imediata, impedindo a hierarquização das abordagens, amplificando uma multiplicidade de perspectivas.

Um lugar para *O alienista*

A preocupação moderna em localizar as funções atribuídas ao conhecimento como gerador de um plano definidor das práticas sociais é tema recorrente na obra de Machado de Assis. É ponto comum na exposição acerca da obra machadiana suas incursões agudas e distintas acerca dos formatos desse questionamento e sobre como eles nascem e corporificam uma vivência com a realidade imediata, construindo, a partir dessa relação, uma dimensão profundamente humana na condução percorrida. A novela *O alienista* trata exatamente de como as dinâmicas sociais criam e condicionam trajetórias fluentes na sustentação daquilo que respalda a contradição. Interessa-nos a força crítica dos tipos, desconcertados como tipos, que contrariam o ideal de progresso moderno e marcam o apelo interpretativo e analítico sintetizados nessa espécie de encruzilhada. Parece-nos haver possíveis encontros na formulação do tipo de realismo que se percebe na reconstrução histórica e teórica que Machado leva à superfície com a luta política, científica e moral dada em *O alienista*, quando laços feitos e desfeitos resultam em uma imagem sobre a cidade onde há a dualidade entre todos *loucos*, ou um só *louco*. Alguns anos depois da publicação da novela, Machado expõe outras marcas canalizadas em uma abertura mais indefinida em *Quincas Borba*, no qual seu projeto de síntese imagética não se define, pois existe um “distanciamento” das circunstâncias estruturais e uma aproximação psicológica que se realiza no jogo de interesses ao estimular as personagens em uma definição de cunho social, o que faz do realismo machadiano uma forma de delineamento do homem do capitalismo moderno.

Os pilares da sua narrativa se encaminham como um movimento combinado de desregramentos. Em um primeiro momento de sua obra há um direcionamento das conjunções formais e temáticas às referências da realidade nacional; o posterior descentramento não afaga o tido como moderno, mas não o exclui, fazendo dele um desencontro creditado às expectativas elogiosas do ideal de progresso cientificista. Esse aspecto força um tratamento, até mesmo em função de seu histórico. Refazer o entendimento passa por outras leituras acerca das modalidades realistas representativas do pensamento que advém da modernidade. “Para avaliar as ambigüidades desse percurso, toma-se a militância anti-realista de Machado de Assis, em cujas palavras o Realismo ‘é a negação mesma do principio da arte’” (SCHWARZ, 1982, p. 411). As restrições machadianas servem como geradoras de sentido. Continua Schwarz (1982, p. 411) o argumento da confirmação do problema a que Machado se impõe: “A norma é antimoderna em toda a linha. A recusa da matéria baixa leva à procura do assunto elevado, quer dizer, expurgado das finalidades práticas da vida contemporânea”. O condicionamento desses reparos forma outra estrutura por dentro dela mesma, o que nos exige cuidado no apuramento crítico. A afirmação da postura expressiva cabe como definição de espaço. “No entanto, havia da parte de Machado uma intenção realista neste anti-realismo conservador, se o considerarmos expressão de experiência e ceticismo – o que não era na Europa, onde representava um recuo intelectual – em face do cabimento das idéias liberais no Brasil” (SCHWARZ, 1982, p. 411). A medida desse interesse completa uma espécie de confusão esclarecida, em formação, como nossos enfrentamentos sociais condutores indicados nas melhores formas literárias.

O encontro que a circunstância causa gera surpresas na obra machadiana. Tomar com indiferença os papéis desarmônicos seria um erro analítico. Esse é um dos nossos caminhos de investigação, na medida em que, por exemplo, *Quincas Borba* radicaliza o tema da loucura, já posto em *O alienista*, nos deixando a *desrazão* como legado. A partir da noção de uma herança não só monetária, mas também da loucura que Rubião levará adiante através das máximas do filósofo Quincas, o qual lhe deixa a fortuna e o cachorro de mesmo nome, a loucura é destacada em função do desejo de Rubião por Sofia como fonte de aproveitamento por Cristiano Palha. O fracasso de Rubião representa exatamente o sucesso da filosofia de Quincas apresentada no começo do romance:

Não há morte. O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida, porque a supressão de uma é a condição da sobrevivência da outra, e a destruição não atinge o princípio universal comum. Daí o caráter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu um campo de batatas e duas tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas (MACHADO, 2004, p. 648 – 649).

A filosofia de Quincas está inserida exatamente no debate acerca do choque das civilizações empreendido pelo positivismo. Há, gradativamente, uma intensificação desse tratamento, primeiramente apresentados nos contos e depois formulado no contexto do romance, como ocorre com outras temáticas machadianas. Percebemos nisso o delineamento de um percurso crítico. Há também a relação com *O alienista*, que não é conformada simplesmente pela loucura ou por Rubião ser recolhido em uma casa de saúde, mas como um traço que marca a radicalização da sinuosidade da imaginação como formulação realista. O patético nos constrange e nos convida à reflexão. Críticos como Merquior (1981) observam que o absurdo situacional, que pode ser encontrado em Kafka, é um tipo de hiperealismo, antecipado pelo autor tcheco e indicativo do século XX europeu – relação essa superficialmente sugerida por Candido (1977) em “O esquema de Machado de Assis”. Nesse sentido Machado deve ser pensado como um marco da literatura brasileira, principalmente pela força mimética de sua obra ao reunir os elementos combinados no funcionamento social.

A preocupação com a apreensão do texto machadiano se torna mais sistematizada através da fixação de tipos, mas tipos condecorados pela maleabilidade do homem capitalista moderno, ainda não completamente formado no Brasil de sua época. Enquanto essa percepção permanece, há, para a sociologia da cultura, como campo geral, a busca por espaços relacionais que formam um *corpus* menos endurecido, porém ainda regulado como confecção de conhecimento sobre a realidade. Assim, a busca pelos fundamentos do realismo como compreensão sociológica obriga ao pensamento científico e à crítica a exploração do conhecimento que daí emerge.

A fundamentação de uma vida racionalizada e sustentada em um controle orientado ao projeto de civilização moderna tomou os desejos do Brasil do Segundo Reinado. O decreto de fundação do Hospício de Pedro Segundo, de 1841, “a fundação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1830 e 1832, e a criação da Academia Imperial de Medicina, em 1835, intensificam a importância dos médicos na vida da cidade, conferindo-lhes crescente poder moral e político” (TEIXEIRA, 2010, p. 17). O recuo expressivo produzido na obra de Machado de Assis incorpora na sua feitura uma realização conectada aos anseios do homem da cultura.

A publicação de *O alienista* em folhetim data de outubro de 1881 a março de 1882, em *A Estação*, e é significativa para a reposição das questões modernas e espaço fundamental para a constituição de um discurso produtivo sobre as questões de seu tempo. Os passos dados pela leitura da novela revelam e colocam problemas diversos, com maior destaque para a questão da *razão e desrazão*, sendo interessante pensar como essa dinâmica é formada. Exatamente por isso a pesquisa desenvolvida pelo professor Ivan Teixeira repõe os problemas formadores do discurso machadiano na ordem do dia, pois trata de maneira fundamentada dos aspectos gerais e particulares referentes à novela, das condições para o seu surgimento, das fontes, da construção alegórica, das críticas aos modelos ideologizantes, dedicando um estudo bastante amplo e sistemático acerca da novela, onde a partir do texto, de suas motivações, do seu universo de referência, tanto ficcional, quanto histórico-social, e também na sua capacidade criadora, Machado confirma sua inserção no debate público, por termos na novela a presença da questão da loucura, os problemas de disputa política intensificadas no período regencial e, segundo Teixeira, o problema mais decisivo da obra, a *Questão religiosa*, colocando razão e religião em oposição, por isso seu título *O altar e o trono*. Há, nesse sentido, libertações cada vez mais relevantes para a compreensão da obra machadiana, do Brasil, das formas literárias e de vida social, e para a indicação de modos de percepção e expressão.

O exemplo perpetuado em *O alienista* se desprende das posições fixadas em relação à situação histórica, das realizações estéticas, políticas e ideológicas, seus modos de exposição e condução feitos de controle¹⁴, formulando outro caminho para a

¹⁴ Sobre os tipos de controle produzidos no e pelo discurso, Foucault afirma em *A ordem do discurso* (2006, p. 8): “[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

arte literária e para o pensamento científico. O enredo canônico a respeito de algumas notícias que se tem da cidade de Itaguaí já no seu início coloca a dimensão em que se encerra a situação do pensamento científico moderno perfilado. Outras tantas inserções da apresentação intercala notas sobre a vida social em destaque. Acompanhemos:

As crônicas da vila de Itaguaí dizem que em tempos remotos vivera ali um certo médico, o Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas. Estudara em Coimbra e Pádua. Aos trinta e quatro anos regressou ao Brasil, não podendo o el-rei alcançar dele que ficasse em Coimbra, regendo a universidade, ou em Lisboa, expedindo os negócios da monarquia (MACHADO, 1994, p. 15).

Essa caracterização serve para situar o leitor, mas nela há mais, por fazer um reconhecimento ampliado, no que tange aos interesses machadianos, da personagem. As garantias para a identificação do ideal de homem no Brasil do Segundo Reinado estão indicadas. Imediatamente depois: “– A ciência, disse ele a Sua Majestade, é o meu emprego único; Itaguaí é o meu universo” (MACHADO, 1994, p. 15). Seu projeto tem destino e está ligado à verdadeira vida moderna. Aqui se prontificam as duas condições para o desenvolvimento da narrativa, a saber: a cidade e a ciência. Nesses pólos veremos o andamento dos jogos de disputa por um poder que rege a conduta e a percepção da realidade que envolve os homens vinculados ao progresso. O desdobramento da narrativa insere o casamento de Simão Bacamarte com D. Evarista, e aí temos quais as preocupações que guiarão o médico. A própria esposa é escolhida mediante parâmetros que verificam nela condições, inclusive fisiológicas, para a perfeição regulada. O Dr. responde a um de seus tios sobre a escolha, em razão do estranhamento, por *não ser bonita nem simpática*

[...] que D. Evarista reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, sãos e inteligentes. Se além dessas prendas, – únicas dignas de preocupação de um sábio, D. Evarista era mal composta de feições, longe de lastimá-lo, agradecia-o a Deus, porquanto não corria o risco de preterir os interesses da ciência na contemplação exclusiva, miúda e vulgar da consorte (MACHADO, 1994, p.15).

Como D. Evarista não lhe deu filhos, restava a Simão Bacamarte dedicar-se àquilo que há de mais valioso: *a saúde das almas*. Não teve filhos, mas a ciência lhe dava razão para viver. Daí em diante o projeto se instaura pela perseguição do Dr. aos seus ideais. Para isso, deve-se construir um espaço de sustentação ideológica e política. A vinculação entre os propósitos desse Brasil fundado em aspirações modernas completa a estrutura social em questão. “Preocupado em consolidar seu poder, o Estado brasileiro encontrará na medicina higienista o privilegiado instrumento para neutralizar o poder familiar, um dos mais fortes obstáculos ao seu exercício administrativo” (MURICY, 1988, p. 30-31). A justificativa do casamento reforça os contornos encontrados entre o natural e o social. O posicionamento do Dr. perante a cidade se respalda pela força de demonstração avançada dos modelos de socialização. A Casa Verde representa o *locus* de melhoramento social, por dirigir os campos de distinção dos conceitos que regem a fundação de um lugar em que a sociedade encontraria seus *loucos*. Vemos na narrativa como se respalda socialmente o formato de realização da sociedade.

O procedimento de *hiperbolização*, como vimos na segunda seção deste trabalho, possibilita uma interpretação paradigmática¹⁵. Multiplicar as vozes discursivas passa pela incorporação dos modelos de que tentam as ligações em seus espaços de realização. Albertina Vicentini (1986) em seu artigo “O *alienista* e literatura carnavalizada” recorre à noção de carnavalização, baseada na leitura de Bakhtin, para fundamentar as características satíricas do texto machadiano, que impulsionam uma ressonância constrangedora das situações da novela – condição a ser computada pelo leitor no risco que qualquer conclusão lhe traria. No artigo “Razão contra sandice”, Dirce Côrtes Riedel pontua esses pólos de debate ao se respaldar na noção de carnavalização:

A carnavalização leva a realidade cotidiana até as fronteiras do fantástico, ultrapassando as leis da razão. A consciência da razão é que faz chorar, enquanto a consciência da loucura se regozija. A tristeza da razão e a alegria da demência tornam homólogos – no mundo carnalizado do personagem, construído pelo sistema segundo, o da linguagem literária – termos não correspondentes no sistema primeiro, o da língua: alegria: sandice :: tristeza razão / sandice-alegria x razão-tristeza (1982, p. 403).

¹⁵ Rios (1998) em sua tese de doutorado se utiliza dessa noção de paradigma para a definição da particularidade machadiana. Há no nosso caso a incorporação dessa noção, aqui fundada no destino supostamente desconstruído do efeito do texto.

O carnaval como festa da ambivalência, das diferenças que realizam o momento de reposição do mundo novo, purificado, se despede do mundo a ser transformado. Por isso há um deslumbramento continuado pela alegria do riso.

A mesma ambivalência permanece nas imagens carnavalescas. Todas as imagens de carnaval são duas imagens em uma só: imagens paralelas, contrastes, similares, opostas ou simbólicas, tais como: beatitude e danação, mocidade e velhice, duplos, o simbolismo do fogo e seu significado de destruição e renovação do mundo, etc. (VICENTINI, 1986, p. 131).

A trajetória da personagem de Simão Bacamarte personifica essas pequenas explosões alegóricas, fundadas em ironia exatamente como modo de apreensão das inversões introduzidas. “A figura que centraliza a ação narrativa e é responsável pelos episódios na sua totalidade é a de Simão Bacamarte. A sua introdução no relato, ao começo da narrativa, parece indicar ao leitor a formulação de um herói mítico” (VICENTINI, 1986, p. 135). Para Vicentini, as demarcações que *O alienista* permite quanto ao satírico remontam ao exigido teor de verdade que o Dr. reclama para si, condicionando ao andamento do texto uma tentativa de teorização constante nas provas buscadas para afirmação dos suportes da vida social de Itaguaí. Os códigos que tratam do modo como os loucos serão considerados na organização social disponibilizam aos envolvidos novas orientações sobre como e quem responderia pelos *dementes*. A partir disso, Simão Bacamarte propõe e visualiza o projeto da Casa Verde, que precisará de ratificação política através da Câmara. Sua D. Evarista será questionada pelo Padre sobre a idéia da reunião de todos os loucos em um lugar só e ainda diz que “isso de estudar sempre, sempre, não é bom, vira o juízo” (MACHADO, 1994, p. 17), inserindo na narrativa algumas dúvidas em relação à razão, postuladas por uma figura do clero, na mediação pública do projeto de limpeza da cidade. Posteriormente, o Padre ficará surpreso com as descobertas feitas pelo cientista. Essas questões são apontadas e desenvolvidas por Katia Muricy e revisitadas por Ivan Teixeira com a adição da investigação jornalística que cabe ao texto de Machado na constituição de um modelo de intervenção no debate público, incentivado, nesse caso, em prol da política de higienização do Brasil. “A coincidência do projeto médico e do projeto do Estado não é fortuita: ambos se uniram em uma mesma estratégia” (MURICY, 1988, p. 31).

Há uma potencialidade refém da razão, por formular os limites regrados da experiência que a observação científica sugere. Ganhar a população é antes feito de um

discurso amparado no desejo social de situar-se como exemplo para o mundo da cidade que tem possibilidade de uma reforma. Os que eram contrários ao projeto vão sendo convencidos aos poucos, e os que possuem poder de institucionalização desses desejos percebem oportunidades de apoderamento social maior. Ao inserir em alguns capítulos títulos que se referem às fases da Revolução Francesa, como “O terror” e “A restauração”, Machado de Assis comunica uma dimensão histórico-política acerca do legado ideológico em que a ciência moderna se encerra. A novela confere uma estima depauperada do projeto do alienista, o que dá o tom de humorismo e de uma história às avessas, tocando na noção de uma história a contrapelo, como defendida pelo teórico alemão Walter Benjamin (1994).

A necessidade em colocar seus planos no âmbito da experiência social da ciência faz de Simão Bacamarte um homem afeito às demarcações e demonstrações das noções que perpassam o enredo. “Especificamente, as ‘teorias’ que aparecem dentro do sistema de Bacamarte, em número de três, têm, todas elas, uma definição meramente funcional, isto é, como um sistema de diferenças em que a loucura como tal não encontra seu discurso próprio” (VICENTINI, 1986, p. 139). Absolutizar os modos de concluir sobre a situação mental dos viventes da cidade lhe permitiria influir sobre os desvios que se praticavam baseados na demência. A classificação tinha um argumento nobre até, já que a “verdade é que, se todos os gostos fossem iguais, o que seria do amarelo?” (MACHADO, 1994, p. 37). A precisão do pensamento científico de cunho positivista sabia, inclusive, identificar os assaltos ao pensamento verdadeiro, que o alienista ouvia nos discursos nos momentos de convívio “sem visível impaciência. Quando muito, dizia ao ouvido da mulher que a retórica permitia tais arrojados sem significação” (MACHADO, 1994, p. 36), ajudando o médico na indicação daqueles que estariam pouco presos ao mundo real. A retórica que no conto “Teoria do medalhão” será exigência fundamental na confabulação dos indivíduos em busca de reconhecimento social interessado. Simão Bacamarte veio para sanar esses abusos, mas sem alcançar um resultado exatamente satisfatório.

Continuadas as investidas do médico e sedimentada sua força de normalização da instituição normativa, seu poder se dissemina pela cidade. “A Casa Verde, mais poderosa do que nunca, materializa as novas teorias do alienista, que, ao descobrir que ‘não havia regra para a completa sanidade mental’, passa a internar quase todos os habitantes da vila, inclusive sua mulher” (MURICY, 1988, p. 47).

O desfecho vai se desenhando exatamente quando as relações de poder começam a ser descortinadas pelos meandros da razão, formatando o espaço social e seu entendimento. Sua sugestão é antecipada no capítulo “A rebelião”, tendo reviravoltas no seu encaminhamento, que já nos permite entender melhor a problemática envolvida. Um dos vereadores colocados em alerta pelos *agitadores* fez a seguinte consideração: “– Nada tenho a ver com a ciência; mas, se tantos homens em que supomos juízo, são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?” (MACHADO, 1994, p. 41). Isso ocorre depois de ter sabido da formulação feita pelo barbeiro sobre a Casa Verde: “Bastilha da razão humana” (MACHADO, 1994, p. 41). Não precisa dizer que a Bastilha serve para ser tomada ou derrubada.

O episódio da revolta dos Canjicas é representativo para se pensar o que estava em jogo nas definições dos traços de administração social. Como o poder firmado pela ideologia racionalizadora estava amparado e se constituindo afirmativamente, os revoltosos não conseguem obter sucesso. Ao menos não imediatamente, tampouco nos moldes do que se entende classicamente como uma vitória. Com a posterior conformação dos ânimos o que resta é um destino inquietante para os poderes da razão. Arrefecimento ou encorajamento?

Mas o ilustre médico, com os olhos acesos da convicção científica, trancou os ouvidos à saudade da mulher, e brandamente a repeliu. Fechada a porta da Casa Verde, entregou-se ao estudo e à cura de si mesmo. Dizem os cronistas que ele morreu dali a dezessete meses no mesmo estado em que entrou, sem ter podido alcançar nada. Alguns chegam ao ponto de conjecturar que nunca houve outro louco além dele em Itaguaí; mas esta opinião fundada em um boato que correu desde que o alienista expirou, não tem outra prova senão o boato; e boato duvidoso, pois atribuído ao Padre Lopes, que com tanto fogo realçara as qualidades do grande homem. Seja como for, efetuou-se o enterro com muita pompa e rara solenidade (MACHADO, 1994, p. 69).

A subversão invertida das intenções marca os momentos de busca por um sucesso maior no projeto de Simão Bacamarte, que acaba sendo interessante para se pensar o modo de expressividade que conduz a narrativa e seu questionamento.

A acumulação do saber, os direcionamentos tomados por ele e a crítica empreendida na escritura machadiana servem de base para a observação atenta dos movimentos em torno da razão moderna e sua representação na história do conhecimento e, mais especificamente, na formação do ideal de nação que emerge daí. O projeto de separação e distinção que a razão poderosa conduz em direção aos modos

de ser na vida social recebe destaque na nossa análise por ser antes um dos formatos robustos de delineamento da mentalidade contemporânea, adequada constantemente a interesses na condução de uma dada sociedade.

É nesse sentido que a referência a *O alienista* interessa, na medida em que apresenta uma ordenação racional que não se dispõe a responder às necessidades utilitárias na razão moderna tentada ao ideal de progresso. A crítica a uma razão instrumentalizada congrega alguns valores fundamentais para alcançar seu objetivo desmarcador. O universo de tensões visualizadas intensifica o recuo interpretativo vinculado à apresentação dos problemas. O aparecimento da loucura na obra de Machado de Assis dá voz a um enfrentamento direto com a medicina psiquiátrica que no primeiro vulto de modernização no Brasil representava a força da verdade e da organização social, como bem aponta Kátia Muricy (1988), e desloca a produção de conhecimento social para, antes, uma investigação da natureza política em torno do poder da ciência, algo sublinhado por Roberto Gomes (1994). Encontramos intervenções e movimentação a partir de como se coordena o processo de aceitação ou negação dos pressupostos de domínio calcado no discurso da razão e seus suportes. Para Machado as transformações sociais baseadas nesses princípios de ciência poderosa e pura sofrem de falseamento. Por isso sua dúvida, seu ceticismo, sua ironia, que aqui narra uma espécie de tragédia social.

A atribuição da literatura como expressão artística compreendida em consonância com as narratividades da realidade social enriquece a abordagem, pois é pensada como perspectiva de investigação das inserções que nos indicariam o simbólico e a linguagem como matrizes essenciais, não só da estrutura narrativa, como também das relações humanas concretas de poder, sendo integrado e tendo interagido com universos complexos da realidade histórica, nos planos locais de insurgência da verdade e do poder – investigação ontológica dos suportes científicos¹⁶. No campo de tensão do dizer e da imagem, em suas manifestações, “as obras literárias são, num certo sentido, menos enganosas do que outras formas de discursos, porque implicitamente reconhecem sua própria condição retórica” (EAGLETON, 1983, p. 156).

As articulações e os arranjos de sentido, as *verdades* do discurso, configuram um quadro de ação de significados que realizam tanto a literatura quanto a ciência em suas relações de poder. Há, portanto, uma revisão de como e em que medida

¹⁶ Cf. Foucault (1979).

a sociedade brasileira solidificou suas escolhas e destinos, formando-se um tipo de disposição dos patrimônios e valores sociais, levados também em caminhos estruturados pelo e no discurso. As multiplicidades e regulações das esferas de atuação, tanto no que concerne à arte como à ciência em medidas de posicionamento social, políticas de sinalização de poder, variam, na maior parte das vezes, em grau, no espaço conquistado. Esse é o campo da disputa, suas contravenções, correntes e formatação.

É necessário notar qual a forma em que se constitui a narrativa do saber. Foucault (1979) chama de *vontade de verdade* essa reposição das mediações estruturantes que dispõem os discursos entregues à sociedade como práticas dos valores, de percepções. Avançar na tradição de fundamentação de crítica social é pensar como os enunciados políticos e literários, como sustenta Rancière,

definem modelos de palavras ou de ação, mas também regimes de intensidade sensível. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos de ser, modos do fazer e modos do dizer, definem variações das intensidades sensíveis, das percepções e capacidades dos corpos. Assim se apropriam dos humanos *quaisquer*, cavam distâncias, abrem derivações, modificam as maneiras, as velocidades e os trajetos segundo os quais aderem a uma condição, reagem a situações, reconhecem suas imagens (RANCIÈRE, 2005, p. 59 – grifo do autor).

Apropriar e inserir as medidas relacionais que definem literalidade como regimes de percepção da visibilidade – aquilo que se produz na realidade histórico-social e historicidade como o lugar de atuação do homem no tempo – é dar capacidade de reconfiguração aos modos de leitura do mundo enquanto motivo e sentido de ação do sujeito. Porque simplesmente “os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real” (RANCIÈRE, 2005, p. 59).

Assim, tratar dessas nuances significa refletir sobre como a sedimentação do saber desenvolvido teórica e originariamente para a compreensão de uma realidade que possibilita a libertação do indivíduo, em relação às estruturas encaixadas do sistema de sua sociedade, se transforma em um mecanismo de poder – caso de *O alienista*, narrativa que cruza a construção de um pensamento social e sua apresentação, preocupado em colocar em xeque certas noções de *verdade* e de plausibilidade social, constituindo o que Katia Muricy (1988) chama de *razão cética*.

Considerações finais

A tentativa em destacar alguns procedimentos analíticos e apontamentos para a leitura crítica da obra de Machado de Assis, no contexto de afirmação dos estudos em diálogo com as preocupações sociológicas, compõe o plano de ação do trabalho que até aqui empreendemos. O desafio enfrentado remete aos problemas de condicionamento da leitura sociológica do texto machadiano, interessado pelas indicações propostas sobre o que poderia ser uma novidade na abordagem dos limites de um estudo organizado em acordo com a confecção desses espaços. Por isso, o problema em relação ao entendimento acerca do realismo na constituição de uma teoria para o pensamento social é notado durante a interpretação que nos dedicamos a executar.

As tensões observadas entre os direcionamentos assumidos pelas diferentes linhagens críticas se adéquam aos seus pressupostos de análise que satisfazem o conjunto conceitual da crítica sobre a obra machadiana, ao firmarem um lugar de risco – pela exigência na definição e a impertinência da mesma –, referendado por um diálogo franco, na condução do eixo interpretativo das relações entre a tradição mimética e as marcações estilísticas. Talvez, nesse sentido, nosso interesse em estar próximo desse lugar beira exatamente a preocupação com o peso de certas definições sobre a obra machadiana. Testar a investigação dos recursos propositivos do texto machadiano, dos olhares sobre o texto, dos interesses sobre o texto, dos destinos que ele encerra, faz a situação da crítica social ser reconhecida como inegável campo social em que a história da interpretação se ergueu. Esse é certamente um dos pontos que o presente estudo informa.

A existência de uma relação entre a construção formal e a incorporação livre das referências na obra machadiana nos força um encontro, até certo ponto perigoso, com os problemas a que a obra se dedica, os críticos que percebem uma notificação das estruturas significativas da vida social e os outros críticos que tentam sublinhar o caráter transgressor da relação histórica com a obra produzida. O desdobramento desse debate resulta na criação de conexões interdisciplinares que extrapolam a situação do *sujeito histórico*, remontando à especialização de fundo marxista a que Goldmann¹ se deslocou ao cumprir um programa para a sociologia da literatura, reformulando os problemas da

¹ O artigo “A sociologia da literatura de Lucien Goldmann” de Celso Frederico (2005) é esclarecedor para a compreensão do pensamento de Goldman e algumas das questões na constituição da crítica social amparadas em discussões estéticas.

forma literária apresentados pelo jovem Lukács (2000) em obras como *A teoria do romance*, e recuperando o esforço fenomenológico de influência hegeliana que perpassa o pensamento alemão e desemboca nas matrizes sobre a construção das ciências sociais. Isso faz com que Weber esteja inserido nesse debate na condução da especificidade do *indivíduo histórico*, encontrando a marcação de um *sujeito transindividual* em Goldman, como forma de avançar nos pressupostos analíticos da criação cultural.

Nesse momento nosso interesse conectivo reforça a problemática que a apreensão do texto machadiano formula, exatamente por confrontar situações históricas com reposicionamentos sobre a história expressiva do pensamento humano e as dimensões que traduzem o espaço de inserção de sua obra. A definição sobre a situação da análise realista ou do realismo machadiano comunica a tentação em toda literatura ao produzir um efeito realista, mesmo que composta de referências não realistas, ou nem sempre realistas, para além da circunscrição do realismo a um simples formato de procedimentos de estruturação do texto e de entendimento da realidade, como pronta para ser dissecada, com seus destinos já traçados por uma fisionomia reforçada por caracterizações determinadas concretamente, salvas de danação espiritual. Se nos distanciarmos dessa tipificação empobrecedora, o recuo interpretativo serve como um novo jogo de montagem, permitindo ao crítico o desejo de correr atrás das conexões que a obra indica e fazer da vida social um campo de totalização da compreensão histórica que a vida, por ser uma parte do tudo, que é o tudo que podemos conhecer quando vivos, fique a cargo das investigações que as criações culturais nos motivam.

O reforço dos amparos da atuação do escritor Machado de Assis fundamentam o modo como a conformação social sugere uma efetivação dos quadros de criação, em um constrangimento formal, já destacado, na provocação do estudo que daqui pode derivar, pleiteando a investigação do problema do realismo machadiano e a da pesquisa realista na sociologia da literatura. Nesse sentido, a armação da expressão artística na criação cultural confirma uma construção significativa do plano histórico estetizado, enquanto recupera uma apropriação dialógica com as matrizes que perpassam o texto machadiano e a análise a que nos dedicamos.

As formas de figuração do real que o realismo acaba por conformar vão se encontrar, enquanto conhecimento do real, na medida em que a força criativa está preocupada com a força histórica que atua sobre a expressão artística. A angústia da crítica, quando ocupada com a fundamentação teórica, repõe o problema na intersecção dos planos da poética, do discurso e da ciência. Se há uma novidade a ser especulada,

ela se refere à depuração formal que a rede de armação das referências da criação cultural destaca, colocando o embate entre as correntes analíticas em um ambiente produtivo, ao afirmarem a necessidade de um aproveitamento não oportunista ou retórico. Por isso o crítico social é aquele que reúne as informações da criação, da recepção, dos formatos e das verdades investidas nos produtos sociais. É aqui que repousa a expectativa reflexiva da tarefa de aproximação ao que tem potencial para ser explorado, por camuflar uma luminosidade, mesmo que estranha.

Essas considerações indicam algumas direções a serem desenvolvidas no plano de investigação acerca do tipo de realismo que Machado de Assis coloca em prática, como a sociologia o aborda e como o reconhecimento de uma realidade estará permeando ou, mais até, sugerindo um novo entendimento do mundo social. Para isso as questões levantadas por Erich Auerbach no seu *Mimesis*, principalmente, ao buscar as origens interpretativas do campo da cultura estética na literatura, nos confrontam com os sentidos distintivos da combinação reflexiva operada pela sociologia crítica no estudo da literatura. Os modos de configuração do texto e a distribuição interpretativa pelo destacamento de vínculos com o que é mais verdadeiro na expressividade se tornam caminho a ser percorrido.

Foucault em sua *Microfísica do poder* afirma sobre o discurso de verdade:

Por “verdade”, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” da verdade (FOUCAULT, 1979, p. 14).

Candido nos diz que existe uma verdade no texto literário, que segundo Lukács (2000) é exatamente o seu poder de realização da totalidade. Na afirmação de critérios de formulação do pensamento das ciências humanas, parece cada vez mais vigente um tipo de apropriação das esferas de ação do pensamento que, ao tornar consciente o procedimento empreendido, garante aos que têm acesso uma resposta crítica mais livre. Por isso, os recuos de toda ordem, feitos na obra machadiana e na apresentação da crítica a respeito do autor, deixam suporte para a dilatação dos limites e a incorporação das fraturas da realidade, dos seus símbolos, das suas formas, da sua apreensão, por ser a própria realidade um entendimento dela mesma. Essa postura sugere uma força não só de constatação, mas de indicativo em relação ao futuro.

A crítica que ressalta as condições históricas para a produção da literatura e a capacidade da arte de *desconcertar* a realidade como um modo de interpretação dela nos parece ponto de inflexão. O uso que se faz dela, do seu enfrentamento, das suas motivações, e do debate com o texto literário permitirá, como resultado, algum acento aos anseios gerais deste trabalho. O texto se realiza na crítica dele mesmo como diálogo com o *texto* social. Por isso, combinações com os recursos críticos que fazem ser ressaltados vínculos existentes na obra. A crítica acaba sendo, portanto, uma questão em si, mas que não pode estar deslocada do seu objeto. A possibilidade de continuar lendo Machado se dá através de uma relutância viva em relação às forças ambíguas, vigentes em espaços mínimos criados em um grande mapa.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura I*. Trad. Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003 (Coleção Espírito Crítico).

ANDRADE, Mario de. *Aspectos da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

BAPTISTA, Abel Barros. *Autobibliografias*: solicitação do livro na ficção de Machado de Assis. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003a.

_____. *A formação do nome*: duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003b.

BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Alfredo. Figuras do narrador machadiano. In: *Cadernos de literatura brasileira*, números 23 e 24 – julho de 2008. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles.

_____. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CALDWELL, Helen. *O Otelô brasileiro de Machado de Assis*: um estudo de Dom Casmurro. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

CANDIDO, Antonio. O Esquema de Machado de Assis. In: _____. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p. 15-32.

_____. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. São Paulo, Martins Fontes, 1959.

_____. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

COUTINHO, Afranio. *A tradição afortunada*: (o espírito de nacionalidade na crítica brasileira). Rio de Janeiro; São Paulo: J. Olympio; Ed. da Universidade de São Paulo, 1968.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura*: uma introdução. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FACIOLI, Valentim. *Um defunto estrambótico*. São Paulo: Edusp; Nankin, 2008.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

_____. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FRANCHETTI, Paulo. No banco dos réus: notas sobre a fortuna crítica recente de *Dom Casmurro*. In: *Estudos avançados*. São Paulo: USP, 2009.

FREDERICO, Celso. A sociologia da literatura de Lucien Goldmann. In: *Estudos avançados*. São Paulo: USP, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984 (Documentos brasileiros).

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Trad. Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Machado de Assis: impostura e realismo: uma reinterpretação de Dom Casmurro*. Trad. Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GOLDMANN, Lucien. *A criação cultural na sociedade moderna*. Trad. Rolando Roque da Silva. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GOMES, Eugenio. O microrealismo de Machado de Assis. In: BOSI, Alfredo (et al.). *Machado de Assis*. São Paulo : Ática, 1982, p. 369-373.

GOMES, Roberto. *O alienista: loucura, poder e ciência*. *Tempo Social* (1994) 5(1-2): 145-160.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. O escritor que nos lê. In: *Cadernos de literatura brasileira*, números 23 e 24 – julho de 2008. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles.

JOBIM, José Luís (org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001.

KRAUSE, Gustavo Bernardo. Discutindo o próprio conceito de realismo. In: Congress of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, Brazil June 1114, 2009

LUCAS, Fabio. Algumas ramificações de *Dom Casmurro*. In: _____. *O núcleo e a periferia de Machado de Assis*. São Paulo: Amarilys, 2009.

LUCIANO. *Diálogo dos mortos*. Trad. Américo da Costa Ramalho. Brasília: UNB, 1998.

LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Narrar ou descrever. In: _____. *Ensaio sobre estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

MACHADO de Assis. *O alienista*. São Paulo: FTD, 1994 (Coleção grandes leituras).

_____. *Contos*. São Paulo: FTD, 2002 (Coleção grandes leituras).

_____. A nova geração. In: _____. *Obra Completa*. Vol. 3. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2004.

_____. Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade. In: _____. *Crítica literária*. Porto Alegre; Rio de Janeiro; São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1938.

_____. *Obra Completa*. Vol. 1., 3. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2004.

MERQUIOR, José Guilherme. *As idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

MOISÉS, Massaud. Machado de Assis e a estética realista. In: _____. *Machado de Assis: ficção e utopia*. São Paulo: Cultrix, 2001.

MURICY, Kátia. *A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*. Trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007.

NUNES, Jordão Horta. *As metáforas nas ciências sociais*. Goiânia: Editora UFG, 2005.

PEREIRA, Astrojildo. Instinto e consciência de nacionalidade. In: BOSI, Alfredo (et al.). *Machado de Assis*. São Paulo : Ática, 1982.

PEREIRA, Lucia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1988.

PORTELLA, Eduardo. Entre o riso e a melancolia. In: ROUANET, Sergio Paulo. *Riso e melancolia: a forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garret e Machado de Assis*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 11-16.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.

REGO, Enylton de Sá. *O Calundu e a Panacéia: Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

RIEDEL, Dirce Côrtes. Razão contra sandice. In: BOSI, Alfredo (et al.). *Machado de Assis*. São Paulo : Ática, 1982, p. 397-410.

RIOS, Sebastião. As Barricadas: Uma leitura de Karl Marx e Victor Hugo. In: FREITAG, Bárbara; PINHEIRO, Maria F (org.). *Marx morreu: viva Marx!* Campinas: Papirus, 1993, p. 99-120.

_____. *Ceticismo e ironia no pensamento social de Machado de Assis*. UNB, 1998, (inédito).

ROUANET, Sergio Paulo. *Riso e melancolia: a forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garret e Machado de Assis*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades. 1977.

_____. Generalidades. In: BOSI, Alfredo (et al.). *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. Martinha vs Lucrecia. In: ANTUNES, Benedito; MOTTA, Sérgio Vicente (orgs.). *Machado de Assis e crítica internacional*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 17-32.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

_____. A viravolta machadiana. In: *Novos estudos*, nº 69, julho de 2004, p. 15 – 34, Cebrap.

TEIXEIRA, Ivan. *O altar e o trono: dinâmica do poder em O alienista*. Cotia, SP; Ateliê Editorial; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

TEZZA, Cristovão. Mundo urbano e mundo rural nos contos do mestre. In: *Cadernos de literatura brasileira*, números 23 e 24 – julho de 2008. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, p. 239-263.

VICENTINI, Albertina. *O alienista e a literatura carnavalizada*. In: *Estudos*, Goiânia, vol. 13, n. ¾, 1986.

WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora da Unb, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

_____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Cia das letras, 2006.